

CONEXÕES INTERNACIONAIS:

A ALIANÇA REPRESSIVA NO CONE SUL

E A OPERAÇÃO CONDOR

Somos também sobreviventes da repressão. Perdura em nós a memória e estamos eticamente obrigados a defendê-la, a nos reencontrar com ela, ainda que seja doloroso. Tive a possibilidade de sobreviver. Levo comigo a obrigação de não esquecer.

[Universindo Rodríguez Díaz, historiador e sobrevivente do sequestro em Porto Alegre pela Operação Condor. “Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia”. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.) *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor, v. 3. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 202.]

1. A coincidência de ditaduras militares de orientação ideológica semelhante na América do Sul nas décadas de 1970 e 1980 refletiu-se em intensa cooperação regional em assuntos relacionados ao “combate à subversão”. Apesar das especificidades de cada um desses regimes, os encontros frequentes entre importantes autoridades, a cumplicidade explícita em foros multilaterais e a existência de acordos velados no campo político e militar criaram o clima que favoreceu a percepção de que aqueles Estados formavam um bloco sul-americano de países “anticomunistas”.

2. No contexto da Guerra Fria (1945-91) na América Latina, a Operação Condor (Plan Cóndor, Operativo Cóndor) foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extra-territoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado.

3. Embora não tenham sido apreciadas as responsabilidades do Estado brasileiro, graves violações de direitos humanos cometidas no marco da Operação Condor foram objeto de condenações da Corte Interamericana de Direitos Humanos em sentenças de mérito em dois casos: *Goiburú y otros vs. Paraguay*, de 2006,¹ e *Gelman vs. Uruguay*, de 2011.² Nas duas ocasiões, a Corte Interamericana estabeleceu que os serviços de informações de vários países do Cone Sul no continente americano formaram, durante a década de 1970, uma organização interestatal complexamente articulada com finalidades criminosas, cujo conteúdo continua sendo revelado ainda hoje. Essas decisões estabelecem paradigmas do Direito Internacional dos Direitos Humanos que devem ser observados pela CNV.

4. O *Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas* (Conadep), da Argentina (1984), o *Informe Rettig da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação*, do Chile (1991), os trabalhos da Comissão da Verdade e Justiça, do Paraguai (2003), e a *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos* (2008), do Uruguai, fizeram referência à coordenação repressiva interestatal durante a década de 1970. Ao examinar essa repressão interestatal, a CNV o faz em momento posterior à publicação das mencionadas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e à caracterização da Operação Condor como uma organização interestatal complexa com fins criminosos, na qual se verificou a “instrumentalização do poder estatal como meio e recurso para cometer violações de direitos”, em clara situação de terrorismo de Estado.

A) A OPERAÇÃO CONDOR

1. INÍCIO, DESDOBRAMENTO E CARACTERÍSTICAS

5. Em 1992, foram encontrados na cidade de Lambaré, a vinte quilômetros a oeste de Assunção, Paraguai, os arquivos do Departamento de Investigação da Polícia da Capital conhecidos como “Arquivo do Terror”, totalizando 593 mil páginas microfilmadas, correspondentes a diários, arquivos, fotos, fichas, relatórios e correspondência secreta das ditaduras do Cone Sul. No acervo, havia um convite ao Paraguai para tomar parte na “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional”, que seria realizada em Santiago do Chile entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975. O convite era assinado pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA), o órgão central de repressão da ditadura chilena.³ Acompanhava o convite um documento de 11 páginas, encaminhado pelo diretor da DINA aos seus correspondentes da região, definindo o objetivo do encontro: uma “coordenação eficaz que permita um intercâmbio oportuno de informações e experiências, além de certo grau de conhecimento pessoal entre os chefes responsáveis pela segurança”.⁴

6. A proposta do serviço de informações chileno para o chamado “Sistema de Coordenação e Segurança” demandava a operacionalização de um banco de dados e de uma central de informações, bem como a promoção de reuniões de trabalho regulares entre os serviços de informação do Cone Sul. O documento da DINA recomendava que o “pessoal técnico” do sistema tivesse imunidade diplomática e que também estivesse “agregado à sua respectiva representação [nas embaixadas], de acordo com as normas que fixe cada país, ainda que seja desejável que eles dependam diretamente de seus Serviços [de Segurança]”. O encontro realizado no Chile dois anos após o golpe que, em 1973, derrubou Salvador Allende, o primeiro presidente socialista eleito em pleito democrático na América do Sul – é considerado a reunião de fundação da Operação Condor. Estavam presentes delegações de oficiais dos serviços de informações dos exércitos de seis países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.⁵

7. A entrada posterior do Peru e do Equador na Operação Condor é registrada em um documento secreto da Central Intelligence Agency (CIA), datado de 22 de agosto de 1978.⁶ Esse mesmo documento evidencia que a cooperação entre os respectivos serviços de segurança e informações dos países-membros da Condor já existia havia algum tempo, “talvez desde fevereiro de 1974”, e que, durante os dois anos anteriores à sua formalização, os participantes da organização “havam se encontrado em um ou outro dos países-membros para coordenar suas atividades”. Há outros registros sobre reuniões de trabalho de representantes da Condor em diferentes lugares como o documento *Comments on Operation Condor*, elaborado pela CIA em 18 de abril de 1977, parcialmente desclassificado, que revela uma reunião de trabalho realizada em Buenos Aires, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 1976. Dela participaram representantes dos serviços de informações do Brasil junto com representantes do Chile, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, além dos do país anfitrião, a Argentina.

8. O novo acordo político-militar procurou formalizar a união dos aparelhos repressivos do Cone Sul para neutralizar os opositores aos regimes autoritários da região. A operação desdobrou-se em três fases. Na Fase 1, houve a formalização da troca de informações entre os serviços de Inteligência, com a criação de um banco de dados sobre pessoas, organizações e outras atividades de oposição aos governos ditatoriais. Na Fase 2, aconteceram operações conjuntas nos países do Cone Sul e a troca de

prisioneiros, mobilizando agentes da repressão local envolvidos na localização e prisão de opositores caçados por governos estrangeiros. A Fase 3 consistiu na formação de esquadrões especiais integrados por agentes dos países-membros, assim como por mercenários oriundos de outros países (neofascistas italianos e cubanos anticastristas), que tinham por objetivo a execução de assassinatos seletivos de dirigentes políticos.⁷ Essa terceira fase, a mais arrojada e secreta, ficou caracterizada por execuções, como o assassinato de um ministro do governo Allende (1971-73) e o do ex-chanceler Orlando Letelier, morto por atentado a bomba executado por agentes da DINA em Washington, em setembro de 1976.

9. A Operação Condor teve características definidas: operação de natureza multinacional; ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; estrutura paraestatal de funcionamento; seleção precisa de dissidentes; utilização de grupos extremistas, como “sindicatos do crime” e “esquadrões da morte”; e uso de tecnologia avançada para acesso a um banco de dados comum. Multinacional, porque suas unidades incluíam efetivos especialmente treinados em dois ou mais países e organizados em esquadrões baseados nas forças especiais do Exército dos Estados Unidos, US Army Special Operation Forces (SOF), que têm como missão treinar e conduzir quadros de combate não convencional ou de guerrilhas clandestinas. Transfronteiriça, porque utilizava os aparatos de Inteligência dos países parceiros ou as redes paramilitares dos países-membros nas ações de vigilância, seleção de objetivos, sequestro, tortura e traslado de exilados. Paraestatal, porque atuava em um Estado paralelo, à margem da lei, clandestinamente, sempre de forma coordenada. Precisa e seletiva, porque mirava alvos certos entre os líderes de organizações de esquerda e também outros dirigentes, reais ou potenciais, da resistência da sociedade civil às ditaduras militares do Cone Sul. Extremista, porque empregava unidades *hunter-killer* de civis e paramilitares, reunidas em “esquadrões da morte” clandestinos, para cometer execuções e atentados, especialmente na Fase 3. O uso de tecnologia avançada para a produção e utilização de um banco de dados, comum a todos os países-membros, foi proporcionado pela CIA. Sem a ajuda dos Estados Unidos, nenhum país da região teria tido condições para organizar e operar sozinho o avançado sistema de comunicações montado para a Operação Condor. O avanço da computação ainda era tímido na região na década de 1970 e a informatização de dados criptográficos na área de segurança só poderia ser feita com *know-how* externo, no caso, estadunidense – um telegrama de 1978, enviado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos por seu embaixador no Paraguai, Robert White, localiza a sede do Sistema Condortel na área militar da Zona do Canal do Panamá, então controlado pelos Estados Unidos.⁸

2. A PRESENÇA DO BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR

10. À época em que foi criada a Operação Condor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo chefiava o Serviço Nacional de Informações (SNI), cargo que ocupou de março de 1974 a junho de 1978. A ele, o coronel da Força Aérea chilena Mário Jahn, vice-chefe da DINA, entregou pessoalmente o convite do coronel Manuel Contreras para participar da “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional” em Santiago, Chile, em novembro de 1975. O depoimento que Jahn prestou ao juiz Juan Guzman, da Corte de Apelaciones de Santiago de Chile, em 3 de dezembro de 2003, confirma essa informação. Nesse dia, ratificando uma declaração anterior, de 27 de agosto de 2003, Jahn lembrou-se claramente do destinatário do convite no Brasil: “João Batista Figueiredos [*sic*], *persona que conocía de un viaje anterior que hice a Brasil*”⁹. Entretanto, Figueiredo não compareceu à reunião. A participação brasileira em Santiago coube ao Centro de Informações do Exército (CIE), que detinha a competência em relação ao comando e execução de operações de “combate à subversão”.

11. O jornalista Luiz Cláudio Cunha revelou que o governo Geisel (1974-79) enviou para a reunião de fundação dois oficiais do CIE,¹⁰ ambos comandantes veteranos de operações de repressão à guerrilha do Araguaia (ver Capítulo 14). O tenente-coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz participaram da reunião em Santiago na qualidade de observadores e, seguindo instruções superiores, não assinaram a ata da reunião. O tenente-coronel De Marco morreu em 1984, vítima de infarto, quando exercia o cargo de diretor-administrativo do Palácio do Planalto no governo do presidente João Figueiredo. O sobrevivente brasileiro do evento, major Sotero Vaz, hoje general da reserva e atual assessor parlamentar do Comando Militar da Amazônia (CMA), alegou razões de saúde e recusou duas convocações da CNV para, entre outros, depor sobre o nascimento formal da Condor.

12. Documentos desclassificados pelo Governo dos Estados Unidos evidenciam que, efetivamente, o Brasil esteve presente em diferentes reuniões da Condor. Um desses documentos é o resumo da CIA intitulado *Weekly Summary*, de 2 de julho de 1976, parcialmente desclassificado, que informa sobre uma reunião de trabalho em Santiago do Chile, em junho de 1976, da qual participaram os serviços de inteligência do Brasil, juntamente com representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Nesse encontro foi decidido o estabelecimento de um banco de dados computadorizado sobre pessoas suspeitas de “subversão”.¹¹ Esse mesmo documento revela o paradeiro de Edgardo Enríquez Espinosa, terceiro homem do principal grupo guerrilheiro chileno, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), preso quase três meses antes, no dia 10 de abril, “entregue aos chilenos e [que] agora está morto”. Adicionalmente, o informe também registra a prisão, por forças de segurança da Argentina, de “uma exilada brasileira procurada em Santiago”. Esse dado do informe coincide com a notícia do desaparecimento da brasileira Maria Regina Marcondes Pinto, que foi vista pela última vez em companhia de Enríquez na saída de uma reunião em Buenos Aires.

13. Um telegrama do Departamento de Estado, datado de 19 de julho de 1976, desclassificado parcialmente, informa que o Brasil manifestara a intenção de se tornar membro pleno, *full-fledged member*, da Condor. Confirma também o desenvolvimento da rede secreta de informações e comunicações, que ficou conhecida como Sistema Condortel, e faz saber que unidades militares do Brasil e da Argentina estavam operando em conjunto no território de um e outro, “quando necessário”.¹²

14. Na referida reunião de fundação da Operação Condor no Chile, em novembro de 1975, os dois militares que representaram o Brasil pertenciam ao CIE, então chefiado pelo general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino. O chefe do Estado-Maior do Exército (EME) à época era o general Fritz Azevedo Manso, que chefiou a missão brasileira na 11ª Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) no Uruguai em 1975, um mês antes da fundação da Condor. Seu antecessor à frente do EME, o general Breno Borges Fortes, foi o chefe da delegação brasileira na 10ª CEA, na Venezuela, em setembro de 1973, uma semana antes do golpe que derrubou Allende no Chile. Lá, o general Borges Fortes propôs ampliar a troca de experiências ou de informações e a ajuda técnica entre os camaradas de armas na “guerra ao comunismo”.

15. Como principal força terrestre do extremo sul brasileiro, na área de fronteira do Brasil com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai – parceiros preferenciais na Operação Condor –, o III Exército (atual Comando Militar do Sul) teve Borges Fortes como seu comandante entre dezembro de 1969 e maio de 1972. O general Oscar Luiz da Silva sucedeu Borges Fortes e permaneceu à frente do III Exército até agosto de 1976. Entre agosto de 1976 e outubro de 1977, o III Exército foi comandado pelo general Fernando Belfort, que deixou seu posto para assumir o Ministério do Exército na crise

que levou à demissão do ministro Sílvio Frota. Na mudança de comando em Brasília, o presidente Ernesto Geisel recolheu também na área do III Exército o nome do novo chefe do CIE: o general de Brigada Edison Boscacci Guedes, um ex-adido militar no México, então comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Bagé, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. O CIE de Boscacci Guedes era, por missão, o braço operacional da Condor dentro e fora do Brasil. Na década seguinte, o general Boscacci Guedes seguiu os passos de seus antecessores, Borges Fortes e Fernando Belfort Bethlem, e assumiu o comando do III Exército, entre agosto de 1986 e maio de 1988. Já não existiam mais ditaduras no Cone Sul, nem a Operação Condor.

16. Após comandar o DOI-CODI do II Exército, na Rua Tutoia, em São Paulo, entre 1970 e 1974, durante o governo Médici (1969-1974), o major Carlos Alberto Brilhante Ustra foi promovido a coronel e transferido para Brasília, como chefe do Setor de Operações do CIE, posto que ocupou entre dezembro de 1974 e dezembro de 1977. Ustra foi sucedido no Setor de Operações do CIE, braço brasileiro da Condor, pelo então coronel José Antônio Nogueira Belham, que chefiava como major o DOI-CODI do I Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, à época do sequestro, tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva (ver Capítulo 12).

17. Outros dois coronéis integrantes de equipes de operações especiais do Exército – Paulo Malhães e José Brant Teixeira – atuaram na repressão a estrangeiros no Brasil e em missões transfronteiriças enquanto cumpriram funções no CIE, lotados no gabinete do ministro do Exército durante boa parte dos governos Médici, Geisel e Figueiredo. O também coronel do Exército Carlos Alberto Ponzi chefiou a agência de Porto Alegre (APA) do SNI durante o governo Geisel e coordenou a “farsa de Bagé”, embuste repressivo para mascarar o sequestro dos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OPERAÇÃO CONDOR

3.1. A INFLUÊNCIA DOS EUA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS DA AMÉRICA LATINA

18. A Segunda Guerra Mundial teve efeitos contraditórios sobre as Forças Armadas brasileiras. A situação de dependência da Divisão de Infantaria Expedicionária em matéria de equipamentos e formação contrastava com a pujança de recursos econômicos e militares dos Estados Unidos, a cujo Exército se incorporou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Com a ampliação de programas de fornecimento de equipamentos e treinamento de militares de países aliados ainda durante a guerra, os Estados Unidos ascenderam à condição de potência hegemônica. No Brasil do pós-guerra, a influência norte-americana sobre as Forças Armadas superou a influência francesa, que havia predominado nas primeiras décadas do século XX.

19. Em agosto de 1947, reuniu-se em Petrópolis a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança Continental. Desse encontro, resultaria o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), subscrito por praticamente todos os países das Américas. A principal justificativa do convênio era o princípio de que um ataque armado movido por qualquer país contra um Estado americano seria considerado um ataque contra todos eles. O TIAR suscitou uma onda de protestos na América Latina, com acusações de que os aliados dos Estados Unidos tinham se acorren-

tado à estratégia militar norte-americana. A entrada em vigor do TIAR abriu caminho para a primeira série de acordos bilaterais para o estabelecimento de missões de assessoria militar norte-americana na maioria dos países da América Latina.

20. Nesse contexto, o Brasil se antecipou aos países vizinhos e, em fevereiro de 1948, firmou um acordo relativo à presença tanto de pessoal militar brasileiro nos Estados Unidos como de pessoal militar estadunidense no Brasil. Com base nesse acordo, uma missão militar norte-americana veio ao Brasil para auxiliar no estabelecimento e na organização de uma escola que desenvolvesse e consolidasse aspectos fundamentais de segurança e do desenvolvimento, nos moldes do norte-americano National War College, em Washington, D.C. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pela Lei nº 785 de 1949 como um centro de excelência para a difusão dos conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional. É hoje um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa diretamente ligado ao Ministério da Defesa.

21. No começo da década de 1950, a eclosão da Guerra da Coreia tiraria a aliança militar interamericana da inércia relativa do pós-guerra, quando as atenções dos Estados Unidos estiveram voltadas para a reconstrução da Europa e do Japão, em detrimento da boa vizinhança com a América Latina. O segundo mandato do presidente Harry Truman (1949-53) na Casa Branca marcou a escalada nos gastos militares com vistas à contenção da expansão global do comunismo. Sua expressão maior foi o documento do Conselho de Segurança Nacional conhecido como *National Security Council Report 68* (NSC-68), de 14 de abril de 1950, que alinhavou a política externa dos Estados Unidos nos vinte anos seguintes de Guerra Fria, deixando claro que a segurança dos Estados Unidos da América estaria ameaçada em qualquer lugar onde o comunismo tentasse se impor. Ainda em seu primeiro mandato, Truman promulgou, em 26 de julho de 1947, o Ato sobre a Segurança Nacional, que criou o Conselho Nacional de Segurança e também a CIA – a agência de inteligência responsável pelas informações de segurança nacional fornecidas ao Governo dos Estados Unidos e que se transformaria no braço operacional de ações encobertas no exterior, como no caso da tentativa de invasão de Cuba em 1961.

22. Nessa linha, o sistema interamericano de defesa saiu fortalecido com a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos do *Mutual Security Act*, instrumento jurídico que possibilitou uma série de acordos militares bilaterais efetuados, a partir de 1952, com todos os países da região, exceto o México e a Argentina. Por toda a América Latina, houve considerável reação pública à assinatura dos acordos militares. No Brasil, a disputa política interna que caracterizou o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) retardou a ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos por 14 meses. A partir de 1952, os Estados Unidos tornaram-se o principal fornecedor de armamentos, treinamento e assessoria militar na América Latina.

23. No final da década de 1950, o sistema de ajuda militar vinda dos Estados Unidos envolvia missões militares norte-americanas em dezoito países; intenso treinamento de oficiais da América Latina em bases no Panamá e nos Estados Unidos; ampla venda de material militar, à vista ou a crédito; visitas regulares aos Estados Unidos por parte de oficiais latino-americanos; e um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o United States Southern Command (Southcom).

3.2. A GUERRA FRIA NAS AMÉRICAS

24. Na liderança de blocos antagônicos – o mundo capitalista de um lado e o mundo socialista de outro –, os Estados Unidos e a União Soviética iniciaram após a Segunda Guerra Mundial um ciclo de quase meio século de rivalidade ideológica nos planos político, econômico e social. Detentores de arsenais atômicos com alto poder destrutivo, as superpotências evitavam o confronto direto que poderia ser letal para a humanidade. A Guerra Fria fez com que os EUA e a URSS disputassem o espaço de influência em conflitos regionais, como na Guerra da Coreia (1950-53) e na Guerra do Vietnã (1962-75). No entanto, o momento mais difícil entre eles acabaria acontecendo a poucos quilômetros das praias da Flórida.

25. Em 1959, Fidel Castro liderou o movimento guerrilheiro que depôs a Ditadura de Fulgencio Batista (1952-59) em Cuba, dando início a um processo que atingiu os interesses estadunidenses: a nacionalização de refinarias de petróleo e a desapropriação de terras pertencentes à indústria açucareira. O novo governo de Castro, inicialmente apenas nacionalista, ganhou a oposição acirrada da Casa Branca, o que fez Cuba aproximar-se do Kremlin. Depois que, em 1º de dezembro de 1960, Castro manifestou em discurso sua afinidade com o marxismo-leninismo desde antes do triunfo da Revolução Cubana, os Estados Unidos pressionaram a Organização dos Estados Americanos (OEA) para suspender Cuba da entidade.

26. Em 31 de janeiro de 1960, na reunião dos representantes dos países-membros realizada em Punta del Este, Uruguai, a OEA resolveu, por pressão dos Estados Unidos, que a adesão por qualquer membro da OEA ao marxismo-leninismo era “incompatível com o sistema interamericano e o alinhamento de qualquer governo com o bloco comunista quebraria a unidade e a solidariedade do continente”. Essa decisão levou à suspensão de Cuba da organização continental.¹³ Inicialmente, o líder da delegação brasileira, Francisco San Tiago Dantas, opôs-se à sanção alegando que ela era ilegal e que terminaria por consolidar a influência soviética junto a Cuba. Entretanto, a proposta de sanção – que partira da Colômbia – foi aprovada.

27. Em abril de 1961 houve uma tentativa de invadir Cuba e assassinar Fidel Castro, com a invasão frustrada da baía dos Porcos, na costa meridional da ilha. A Batalha de Playa Girón, como é conhecida em Cuba, foi vencida pelas Forças Armadas cubanas, treinadas e equipadas pelos soviéticos, que em apenas três dias derrotaram os invasores – cerca de 1.400 mercenários e exilados cubanos anticastristas, apoiados de forma encoberta pelas Forças Armadas estadunidenses e treinados pela CIA. O episódio deu a Cuba o pretexto para receber armas nucleares da União Soviética. Em outubro de 1962, Cuba seria palco do momento de maior tensão da Guerra Fria. Fotos aéreas da espionagem norte-americana revelaram que instalações de lançamento de mísseis com ogivas nucleares estavam sendo montadas por militares soviéticos. No ano anterior, os Estados Unidos haviam instalado uma base de mísseis na Turquia, um ponto estrategicamente próximo à União Soviética. Após os Estados Unidos imporem um bloqueio naval a Cuba – o que levou ao limite de um confronto entre as marinhas norte-americana e soviética, mantendo o mundo em suspense durante 13 dias – os dois lados cederam, negociando a mútua retirada de suas armas estratégicas.

28. Quando o Brasil reatou as relações com a União Soviética em 23 de janeiro de 1962, 20 dias depois de os Estados Unidos haverem, eles próprios, rompido as relações com os cubanos, a Casa Branca desaprovou a independência diplomática do governo parlamentarista de João Goulart

(de setembro de 1961 a janeiro de 1963), que tinha à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) o mesmo San Tiago Dantas que, na Conferência de Punta del Este em 1961, previra que a sanção imposta pela OEA ao país caribenho seria a consolidação da influência soviética em Cuba. Preocupava Washington, sobretudo, a possibilidade de Cuba incentivar grupos dissidentes e fomentar movimentos guerrilheiros pelas Américas.

29. No final de 1961, o governo Kennedy (1961-63) ficou profundamente contrariado com a recusa de João Goulart em romper relações diplomáticas com Cuba. Os apelos feitos nesse sentido pelo próprio John Kennedy e por seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, foram incapazes de convencer o presidente brasileiro a romper com os comunistas no plano interno, e nem o persuadiram a denunciar Cuba no plano internacional. O Governo estadunidense começou então a agir com vistas à derrocada de Goulart. Essa orientação da política norte-americana viria a produzir resultados meses mais tarde, já no governo Johnson (1963-69), com o golpe militar de abril de 1964. Seguiriam à tomada do poder pelos militares a ruptura de relações com Cuba e a repressão à esquerda. Fortalece-se então o conceito de “guerra interna” utilizado pelas Forças Armadas brasileiras.

3.3. *AS CONFERÊNCIAS DOS EXÉRCITOS AMERICANOS (CEA)*

30. Em 1960 – pouco mais de um ano após a eclosão da revolução cubana – foi realizada a I Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) com o objetivo de aumentar a colaboração e integração entre os Exércitos do continente. A primeira conferência – organizada a convite do general Theodore F. Bogart, do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos – realizou-se no antigo Forte Amador, situado no território norte-americano da Zona do Canal do Panamá, entre 8 e 12 de agosto de 1960. As quatro reuniões seguintes foram realizadas no território continental dos Estados Unidos. Somente em 1965, em Lima, Peru, iniciou-se o rodízio de conferências fora do solo estadunidense, com os encontros acontecendo em diferentes pontos das Américas. O Brasil recebeu a CEA pela primeira vez no crucial ano de 1968, para “discussão de vários temas orientados para a segurança do hemisfério”.

31. Na reunião preparatória da I CEA, convocada em julho de 1960 pelo Comando Sul do Exército dos Estados Unidos, o general José Pablo Spirito, chefe do EME argentino, propôs a seus colegas o estabelecimento de um plano de ação continental contra a “subversão marxista”. Dessa iniciativa argentina resultou o primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, que reuniu em outubro de 1961, em Buenos Aires, oficiais de catorze países das Américas, entre eles o Brasil. O programa do curso foi elaborado por um ex-aluno argentino da Escola de Guerra de Paris, o coronel Alcides López Aufranc, em colaboração com assessores da missão militar francesa em Buenos Aires. Anos mais tarde, no final de 1970, conforme registrado em telegrama secreto do embaixador norte-americano em Buenos Aires, de 27 de agosto de 1971, o general López Aufranc, na qualidade de comandante do III Exército argentino e principal representante da linha dura naquele país, fazia visita aos seus colegas no Brasil a fim de tratar dos desafios às ditaduras no Brasil e na Argentina representados pela recente eleição de Salvador Allende no Chile e pela ascensão da Frente Ampla no Uruguai.

32. Em setembro de 1973, uma semana antes do golpe que derrubou o governo de Salvador Allende no Chile, o general brasileiro Breno Borges Fortes, chefe do Estado-Maior do

Exército, pregou na X CEA, na Venezuela: “Devemos ampliar a troca de experiências, de informações e ajuda técnica entre os camaradas de armas na guerra ao comunismo”. Em 1975, ano em que se criou a Operação Condor em Santiago do Chile, a reunião da XI CEA ocorreu em Montevidéu. A delegação brasileira foi chefiada pelo general do Exército Fritz Azevedo Manso, chefe do Estado-Maior do Exército, e integrada pelo general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino, chefe do CIE e pelos coronéis Ivan Dentice Linhares e Harry Alberto Schnarndorf, pelo major Ari Liotto e pelo capitão Carlos Alberto Villanova.

33. Dois anos depois, em Manágua, na XII CEA, o comandante do Exército argentino Roberto Viola, em nome da ditadura instalada naquele país em março de 1976, reforçou: “A guerra ideológica não respeita fronteiras”. No marco da Conferência de Manágua, foi realizada a IX Conferência de Informações dos Exércitos Americanos. Nessa reunião, a delegação brasileira foi composta pelo então chefe do CIE, pelo general de Brigada Antônio da Silva Campos, pelo coronel Paulo da Silva Freitas, pelo coronel Job Lorena de Sant’Anna e pelo tenente-coronel Léo Frederico Cinelli.¹⁴ O hoje coronel reformado Léo Cinelli, que detém responsabilidade por torturas e desaparecimentos forçados ocorridos no centro clandestino conhecido como “Casa Azul”, em Marabá (PA), nos anos de 1973 e 1974, também havia participado da VII Conferência de Informações dos Exércitos Americanos, ocorrida em Caracas, na Venezuela, no ano de 1973.

34. A CEA é apresentada como pano de fundo da Operação Condor no parágrafo 46 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gelman vs. Uruguai* (2011) – já referido na introdução deste capítulo. A corte afirma que a CEA é “uma organização de segurança hemisférica inspirada na ‘doutrina de segurança nacional’, que se reunia em sessões secretas para discutir possíveis estratégias e acordos de atividades conjuntas”.

35. Ainda em 1988, na XVII CEA em Mar del Plata, Argentina, representantes dos exércitos de 15 países das Américas – entre os quais o Brasil – assinaram vários acordos, entre eles o acordo nº 14, que tinha como tema “as operações psicológicas e os meios de comunicação social na guerra contra o terrorismo”. Outro acordo, o de nº 15, mantinha a pregação anticomunista: “O Movimento Comunista Internacional (MCI) continua sendo a ameaça comum e principal a todos os países americanos e, como tal, deve ser combatida, particularmente através da união e de procedimentos comuns entre todos os Exércitos Americanos”.

36. No dia 21 de junho de 2013, a CNV encaminhou ofício ao Ministério da Defesa, requisitando informações sobre as reuniões da CEA. Em resposta à CNV, em 17 de outubro de 2013, o comando do Exército informou que

não foi possível encontrar as informações que atendam ao solicitado. Tal impossibilidade decorre do longo período de análise em questão (53 anos) e da consequente impossibilidade de localizar documentos que pudessem conter eventuais registros sobre o assunto.

O comando do Exército informou ainda que a

documentação produzida pela CEA encontra-se distribuída no respectivo acervo histórico, sob a responsabilidade do Exército do Chile, ou nos arquivos da SEPCEA [Secretaria Executiva Permanente da Conferência dos Exércitos Americanos].

Nessas condições, a CNV solicitou formalmente ao comando do Exército, por intermédio do Ministério da Defesa, o acesso ao banco de dados *on-line* da Secretaria Executiva Permanente da CEA. Não houve resposta do comando do Exército à solicitação da CNV.

B) ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA COORDENAÇÃO REPRESSIVA INTERNACIONAL ANTERIOR À OPERAÇÃO CONDOR

37. O esclarecimento das graves violações identificadas como episódios de conexão repressiva internacional – e que foram cometidas tanto contra cidadãos brasileiros, no Brasil e no exterior, como contra cidadãos estrangeiros em território brasileiro – exige uma abordagem que favoreça uma avaliação histórica mais ampla e anterior à formalização da Operação Condor, em novembro de 1975. Abaixo, listamos algumas dessas violações.

1. PERSEGUIÇÃO E VIGILÂNCIA DOS EXILADOS BRASILEIROS E TRANSFERÊNCIA EXTRAJUDICIAL DE PRESOS NO URUGUAI

38. Muito antes da Operação Condor, a ditadura brasileira já mantinha colaboração ativa com os governos de outros países da América Latina com o intuito de vigiar e restringir direitos de brasileiros exilados. Desde abril de 1964, logo após a chegada do presidente João Goulart ao Uruguai, a ditadura brasileira pressionou o Governo de Montevideú em busca de cooperação para restringir os direitos à liberdade de expressão e à liberdade de locomoção dos exilados.

39. No início dos anos 1960, a América Latina era considerada o problema mais importante da CIA desde a crise dos mísseis de Cuba. No livro *Dentro da “companhia”: diário da CIA* (1975), o ex-agente Philip Agee afirmou que a tendência do Brasil em inclinar-se à esquerda sob o governo de João Goulart inquietava a agência. Com a derrubada de João Goulart da Presidência no Brasil e seu exílio no Uruguai, o crescente afluxo de exilados brasileiros tornou-se a grande preocupação da CIA. A estação da CIA em Montevideú passou a prestar assistência à estação do Rio de Janeiro, com o objetivo de enriquecer a coleta de informações sobre os exilados. Isso foi feito por meio de investigações policiais sob a responsabilidade de Philip Agee, que, conforme ele próprio escreveu em seu livro, foi orientado a vigiar a comunidade de exilados brasileiros.

40. A estação da CIA no Rio de Janeiro colaborou para o controle dos exilados no Uruguai e interferiu diretamente na designação de diplomatas para a Embaixada do Brasil em Montevideú, considerada um “ponto de ebulição” da diplomacia brasileira naquele momento. Para o cargo de adido militar foi enviado o coronel do Exército Câmara Sena e, para primeiro-secretário, Lyle Fontoura. Segundo Agee, o novo embaixador em Montevideú foi indicado por gestão da CIA. Manoel Pio Corrêa já havia demonstrado eficiência nas operações da CIA na Cidade do México, quando estivera à frente da Embaixada do Brasil naquele país. Como o México não reconheceu o Governo militar brasileiro, Pio Corrêa foi chamado de volta ao Brasil e a estação da CIA no Rio de Janeiro, decidida a fortalecer as operações de vigilância contra os exilados, gestionou junto à ditadura brasileira para que seu agente fosse nomeado para a missão do Itamaraty na capital uruguaia. Antes de chegar a Montevideú, Pio Corrêa visitou as unidades do III Exército ao longo da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

41. No comando da embaixada em Montevidéu, Pio Corrêa articulou uma rede de informações entre políticos, militares, juízes, delegados de polícia, comerciantes e fazendeiros para vigiar as atividades do presidente brasileiro deposto, João Goulart, e de seu cunhado, Leonel Brizola, deputado federal cassado e ex-governador do Rio Grande do Sul. Um dos documentos secretos do Ciex, com data de 11 de março de 1969, intitulado “Asilados brasileiros no Uruguai”, especula sobre as atividades políticas de Brizola no Uruguai a ponto de identificar pessoas que frequentavam seu apartamento.¹⁵ O coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o almirante Cândido da Costa Aragão eram dois outros exilados sob constante vigilância.¹⁶ Além dos documentos do Ciex que comprovam a perseguição de Cardim no Uruguai, muitos documentos indicam que o presidente João Goulart também foi constantemente vigiado no exílio, com detalhes sobre o seu cotidiano, atividades políticas e até opiniões reveladas em relatórios.

42. Para ter acesso à organização dos exilados no Uruguai, um dos mais importantes agentes infiltrados foi Alberto Conrado Avegnio, que participou de reuniões, em 1968, na Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai (AEBU) e participou, como agente da repressão, de operações de informações que levaram ao sequestro do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em Montevidéu, e ao desaparecimento forçado do major Joaquim Pires Cerveira, sequestrado em Buenos Aires.¹⁷

43. Após a ofensiva capitaneada por Pio Corrêa naqueles primeiros anos da ditadura para obter do Governo uruguaio, ainda democrático, um tratamento restritivo aos exilados brasileiros, a conjuntura progressivamente autoritária iniciada com a chegada de Pacheco Areco à Presidência abriu espaço para a coordenação repressiva entre os dois países, como se vê na conversa com o ministro do Interior uruguaio relatada pelo embaixador Luiz Bastian Pinto, em telegrama secreto-urgentíssimo “para conhecimento exclusivo do secretário-geral”, datado de 6 de setembro de 1969, sobre as medidas que o Governo uruguaio, sentindo-se então “bastante forte para romper com as tradições ultraliberais do país”, se dispunha a adotar “nesse assunto de refugiados terroristas”, para “oferecer ao Brasil a colaboração de que o Uruguai também tanto necessita”. Em resposta, a Secretaria de Estado pede ao embaixador que, ao agradecer a colaboração oferecida, manifeste a disposição do Governo brasileiro para cooperar intimamente com o Governo uruguaio no mesmo sentido, encarecendo que “quaisquer sugestões do Governo uruguaio serão aqui examinadas com o maior interesse e simpatia”.¹⁸

44. A pesquisa realizada pela CNV nos arquivos do Itamaraty trouxe também à luz evidências de que o Ministério das Relações Exteriores chegou a estar envolvido diretamente em pelo menos um episódio de detenção arbitrária no Uruguai, e não apenas pela mão oficiosa do Ciex, mas de maneira totalmente oficial, ainda que secreta.

45. Assim, foram localizados documentos que comprovam a entrega de cidadão brasileiro detido no Uruguai à polícia brasileira, na fronteira entre os dois países, acertada em alto nível entre o embaixador do Brasil e o ministro do Interior do Uruguai, conforme instruções recebidas da alta chefia do MRE: telegramas datados de outubro de 1969, expedidos pela secretaria-geral – à época ocupada por Mozart Gurgel Valente – solicitam ao embaixador em Montevidéu, Luiz Bastian Pinto, “comunicar ao ministro do Interior que o Governo brasileiro muito agradece a colaboração e aceita receber na fronteira Wilson Nascimento Barbosa” (que fora detido no Uruguai no contexto das medidas de exceção então vigentes naquele país), e prosseguem com instruções precisas:

As autoridades do Departamento de Polícia Federal e da Guarnição Militar estarão na sexta-feira próxima, pela manhã, em Santana do Livramento para receber o senhor Wilson Nascimento Barbosa que lhes deverá ser entregue na fronteira com a cidade de Rivera. Agradeceria obter confirmação das autoridades locais sobre a data sugerida.

As comunicações seguintes atestam que a data e o local de entrega foram tratados diretamente pelo embaixador do Brasil junto ao próprio ministro do Interior uruguaio.¹⁹

46. Esse episódio, em que fica patente o envolvimento direto, e em alto nível, do Itamaraty, parece não ser um caso isolado. Vários outros telegramas daquele período dão indicações de que as operações de detenção de brasileiros em território uruguaio, a pedido das autoridades brasileiras, ocorreram durante vários anos, envolvendo, em diversas combinações, agentes diplomáticos, militares e policiais. Aparecem, em documentos variados, a Embaixada e os consulados do Brasil, o Ciex, as adidâncias militares, a Polícia Federal e o DOPS brasileiros; pelo lado uruguaio, além dos contatos com diplomatas e ministros de Estado, há registros da participação do Departamento Nacional de Informações e Inteligência uruguaia (DNII) e das chefaturas de polícia de Montevideú e outras cidades. A CNV não teve acesso aos documentos das adidâncias militares nas embaixadas brasileiras. Esses arquivos certamente forneceriam informações importantes sobre o *modus operandi* do Estado brasileiro, por meio de suas representações diplomáticas, em atividades de repressão no exterior. Documentos esparsos, localizados em diversos fundos arquivísticos dos órgãos de segurança recolhidos ao Arquivo Nacional, fornecem algumas amostras. Assim, em agosto de 1969, o adido do Exército em Montevideú relata, no Informe 568-Confidencial, distribuído ao Estado-Maior do III Exército e ao SNI, que “as autoridades brasileiras haviam solicitado, com especial interesse, a detenção do indivíduo Jorge Antonio Miranda Jordão”, que esse pedido foi encaminhado pela chefatura de Rivera à Polícia de Montevideú, onde Miranda Jordão foi preso no dia 15 de agosto, sendo encaminhado para a cidade de Rivera no dia 18. E conclui, dando a entender que a prática de “recambiar” detidos para o Brasil seria usual: “desconhece-se se o marginado foi recambiado para o Brasil ou ainda se encontra em Rivera”.²⁰

47. Há também, entre os telegramas e ofícios pesquisados no Arquivo Histórico do MRE, muitos documentos que encaminham informações sobre cidadãos de outras nacionalidades, procurados nos países vizinhos. Para citar alguns exemplos, o Consulado-Geral de Montevideú compila e envia regularmente relações de “estrangeiros subversivos e indesejáveis” (nas quais podem ser encontrados, entre outros, os nomes de José Mujica Cordano, atual presidente da República do Uruguai, de sua mulher, Lucía Topolansky, senadora e presidente do Congresso, e de Eleuterio Fernández Huidobro, hoje ministro da Defesa); ou retransmite à Secretaria de Estado, à Embaixada, e também ao adido do Exército, “para as providências que forem julgadas cabíveis”, relação, entregue ao cônsul em Chuy por oficial do Exército uruguaio, de 72 nomes de asilados políticos bolivianos que estariam sendo requeridos pelas autoridades uruguaias.²¹

2. ATUAÇÃO DO DELEGADO SÉRGIO PARANHOS FLEURY NO CHILE E NO URUGUAI

48. Em novembro de 1969, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo, foi a Porto Alegre, onde acompanhou o interrogatório de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto. Em seu livro *Batismo de sangue* (1982), Frei Betto explica:

Não voltei a ver o delegado Fleury. Segundo os jornais, teria ele ficado quatro ou cinco dias no Sul. É possível que ele tenha usado a versão de que passara dias me interrogando para encobrir sua ida a Montevideu – quem sabe à procura de Joaquim Câmara Ferreira, quem sabe a fim de adestrar a polícia uruguaia na repressão aos tupamaros.

Documento secreto da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil intitulado *Visita ao Chile do delegado paulista Sérgio Fleury* identifica a edição de 31 de março de 1970 do jornal vespertino esquerdista chileno *Última Hora*, segundo o qual Fleury tinha estado em Paris e Montevideu, onde assessorou a criação da Brigada Repressiva Especial Uruguaia e, naquele momento, estaria na Argentina.²² Da Argentina, Fleury partiria para o Chile com o objetivo de “fazer contatos com a Direção-Geral de Investigações a fim de provar a existência de vinculação de ação guerrilheira brasileira com os tupamaros uruguaiois e também [com] grupos chilenos para ‘justificar’ o enlace da ação repressiva sob o controle da CIA”.²³

49. Essa notícia não foi registrada por acaso em um documento secreto do Ministério das Relações Exteriores. Diante da divulgação dessas informações na imprensa, a Embaixada brasileira no Chile e o próprio adido militar responsável pela missão demonstram, ao final do texto, preocupação com os contatos que Fleury mantinha naquele momento e com possíveis prejuízos à sua missão:

A Embaixada do Brasil em Santiago, bem como o adido militar àquela missão, veem com apreensão a possibilidade da aludida visita, já anunciada com estardalhaço, alegando que “se é efetiva tal missão do delegado Fleury”, o noticiário da imprensa comunista chilena prova, sem dúvida, a total falta de segurança dos contatos do delegado paulista, cuja missão já estaria prejudicada.²⁴

50. Em documento secreto do MRE de 20 de maio de 1970, produzido pelo Ciex, do Itamaraty, Carlos Figueiredo de Sá – brasileiro exilado no Uruguai – teria constatado a presença de Fleury em Montevideu. Em outro documento do Ciex, o jornal uruguaio *El Eco* confirma em notícia de 18 de outubro de 1971 a presença de Fleury em Montevideu, na companhia de dois auxiliares, “Bolinha” e “Marco”, apresentados como membros do DOPS.²⁵

51. Em depoimento à CNV, o ex-delegado do DOPS de São Paulo, José Paulo Bonchristiano, contou que Fleury tinha 40 investigadores à sua disposição, além de três delegados assistentes. “Quando precisavam agir fora de São Paulo, não se registravam atritos no sistema repressivo para efetuar prisões em outros estados do Brasil”. Com o mesmo objetivo, disse Bonchristiano, eles “viajavam muito por países da América do Sul, como Argentina, Chile e até Peru”.²⁶ Nessas conexões, Bonchristiano confirma que os agentes contavam com o apoio de empresas como a Viação Aérea Rio Grandense (Varig) e a Viação Aérea de São Paulo (Vasp) para o transporte.

52. No Brasil da década de 1970, agentes e diplomatas dos Estados Unidos conviviam com serviços do DOPS de São Paulo. De acordo com livros da portaria do DOPS que foram disponibilizados recentemente, os diplomatas Claris Rowley Halliwell, Frederic Lincoln Chapin e C. Harlow Duffin frequentavam o prédio do DOPS em São Paulo. Halliwell, *political officer* do consulado americano, fez 49 visitas ao DOPS entre 1971 e 1974. Somente em 1971, foram 31 visitas suas ao prédio da polícia política de São Paulo.²⁷ Outros “representantes diplomáticos também frequenta-

vam o DOPS, que abrigava uma delegacia especializada em assuntos estrangeiros, mas nenhum com a mesma frequência”.²⁸ O ex-delegado Bonchristiano confirmou ter visto Halliwell, Chapin e Duffin no prédio do DOPS de São Paulo. Contudo, de acordo com sua declaração, ele só mantinha contato com o cônsul Niles Bond, comumente chamado de “Mr. Bond”, que era seu contato direto para tratar sobre cursos do FBI e outras questões.

53. Em entrevista à Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo, em fevereiro de 2012, Bonchristiano afirmou que o DOPS de São Paulo era “o melhor departamento de polícia da América Latina”, “fazia todos os levantamentos que conduzissem a algum elemento do partido Comunista no Brasil, na América Latina inteira”, o que interessava ao governo dos Estados Unidos. Afirmou ainda que “Fleury era do DOPS e não era do DOPS, era o homem de ligação do DOPS com os militares, era delegado das Forças Armadas, do Alto Comando”.²⁹

3. O SEQUESTRO DO CORONEL JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO EM BUENOS AIRES, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1970

54. Jefferson Cardim de Alencar Osório, filho da poeta e professora Carolina Cardim e do capitão de corveta da Marinha Roberto Alencar Osório, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1912. Em 1930, então com 18 anos, Jefferson Cardim ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, na qualidade de aluno, e daí em diante seguiu a carreira militar. O coronel Jefferson Cardim foi nomeado pelo presidente João Goulart diretor-técnico da companhia estatal de navegação Lloyd Brasileiro, em Montevidéu, onde permaneceu até abril de 1964, quando foi atingido pelo Ato Institucional nº 1, tendo seus direitos políticos cassados. Exilado no Uruguai e inconformado com a consolidação da ditadura militar, Cardim liderou, em março de 1965, movimento conhecido como Guerrilha de Três Passos. Preso, torturado e acusado de “traidor da pátria”, foi condenado a oito anos de prisão (ver Capítulo 13).

55. Com a colaboração de seu filho Jefferson Lopetegui Osório e do ex-major Joaquim Pires Cerveira, o coronel Cardim conseguiu escapar da prisão em 1968 (ver depoimento de Jefferson Lopetegui Osório a Marcelo Chalhó, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e a Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – JDH). Cardim refugiou-se na Embaixada do México, onde recebeu asilo. Morou também na Argélia, onde recebeu novo asilo político, renunciando ao anterior recebido pelo Governo mexicano.³⁰ Cardim passou ainda pelo Chile, Espanha, Uruguai e Guiana.³¹

56. Em novembro de 1970 – ainda quando estava exilado no Uruguai – Jefferson Cardim de Alencar Osório aceitou um convite de Salvador Allende, candidato à Presidência no Chile, para trabalhar em seu governo como assessor para a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC). Junto com seu filho mais novo, Jefferson Lopetegui Osório, e seu sobrinho, Eduardo Lopetegui, partiu então de Montevidéu, passou por Colônia do Sacramento e chegou a Buenos Aires. Dali, seguiria para Mendoza e chegaria à capital chilena. Desde o início desse percurso, o grupo foi monitorado por agentes brasileiros e uruguaios.³²

57. Ao tomar conhecimento dessa viagem, o coronel de Cavalaria Nilo Canepa da Silva acionou a Direção de Coordenação Federal, órgão da inteligência da Polícia Federal argentina, passando

todas as informações necessárias à identificação do grupo, para que fossem presos. Além disso, Canepa se dirigiu ao local, para acompanhar e conferir a ação da polícia. Dois agentes da polícia, armados com Colt 45, abordaram Jefferson Cardim dizendo que se tratava de uma operação de rotina, pois havia denúncias de que ele transportava drogas.³³ Sobre o acontecido, relata o próprio Jefferson Cardim:

Embarquei o carro no *ferry boat* e fizemos a viagem, tranquilos (eu com os jovens) até então ia bem quando chegamos ao porto de Buenos Aires, cerca das 15 horas, fomos todos para o carro para desembarcarmos. Ao sair do *ferry boat*, um senhor, mandou logo que meu carro ficasse de lado separado dos demais, depois debruçou-se sobre a janela e disse ser um agente da Polícia Federal argentina, apresentando sua identidade e nos deu ordem de prisão, ou detenção, pois disse que havia uma denúncia de que eu transportava drogas. Em seguida mandou que os dois meninos, meu filho de 18 anos e um sobrinho de 21 anos, passassem para o carro preto da polícia que estava na frente. Nesta altura eu já me achava cercado por mais dois agentes todos a paisana, que meteram os rapazes no seu carro e ali mantiveram os mesmos sequestrados por eles, sem poderem sair.³⁴

58. Mesmo possuindo um passaporte argelino que lhe garantia salvo-conduto na condição de asilado argelino, Jefferson Cardim foi preso com o filho e o sobrinho. Os três foram conduzidos a um prédio da polícia argentina e, lá, Jefferson Cardim teve todos os documentos de sua pasta revistados por um agente: duas cédulas de identidade em branco, um livro de medicina que levava para um médico em Mendoza, cartas para Santiago do Chile que portava para outros, e uma carta pessoal de sua esposa. Com esses papéis iniciaram um interrogatório que durou horas.³⁵

59. Depois disso, foi levado aos empurrões até um calabouço no mesmo edifício, onde estavam o filho e o sobrinho. Foi conduzido, de madrugada, para uma sala de tortura, como ele próprio relata:

Perguntaram-me se eu já havia me lembrado do endereço do médico em Mendoza. Respondi-lhe que não sabia e que devia estar no Guia Telefônico daquela cidade. Então vedaram meus olhos, me aplicaram uns socos nas costas e no ventre para ver se eu recordava. Eu realmente ignorava, nem conhecia nenhuma rua de Mendoza para mentir. Deitaram-me sobre a mesa, ataram meus pés e minhas mãos e aplicaram-me o choque elétrico que lá chama de “Picana”, como eles diziam. Eu dava urros de dor, sobretudo quando me aplicaram nos órgãos genitais.³⁶

60. No dia 12 de dezembro de 1970, foi submetido a um novo interrogatório e outras torturas, pois os agentes da polícia haviam encontrado em seus pertences uma carta em que seu médico uruguaio, doutor Navillat, ligado aos tupamaros, havia lhe pedido que entregasse a um colega que se encontrava exilado em Santiago do Chile. Durante o interstício de prisão em Buenos Aires, seu filho e seu sobrinho foram, também, submetidos a interrogatórios e torturas.

61. Jefferson Cardim e seu filho foram presos e entregues às autoridades brasileiras “com o mais rigoroso sigilo sobre a expulsão”.³⁷ Enquanto o sobrinho, filho de militar uruguaio, foi devolvido a Montevideú, Cardim e seu filho, expulsos da Argentina por meio de decreto assinado em tempo recorde pelo próprio presidente argentino, o ditador Roberto Levingston, foram transportados para o Brasil em 13 de dezembro de 1970, a bordo de um avião.

62. No caso da detenção arbitrária do coronel Jefferson Cardim pela Polícia Federal argentina e sua entrega a agentes brasileiros, em dezembro de 1970, está comprovado documentalmente o envolvimento em alto nível do Itamaraty. Conforme relato contido no informe enviado pelo adido do Exército em Buenos Aires a seu Estado-Maior,³⁸ o então embaixador em Buenos Aires – futuro ministro das Relações Exteriores –, Antonio Francisco Azeredo da Silveira, foi informado da operação (coordenada pelo referido adido e pelo adjunto do adido aeronáutico em Montevidéu, o tenente-coronel Leuzinger Marques Lima) e permitiu que fosse requerida, via Embaixada, a necessária autorização de Brasília para o embarque dos brasileiros detidos. Recebe em resposta, do gabinete do ministro Mário Gibson Barboza, um telegrama ultrassecreto – cuja expedição é autorizada “de ordem do senhor secretário-geral”, Jorge de Carvalho e Silva – com o índice “Detenção ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório”, a seguinte mensagem:

Para imediato conhecimento do tenente-coronel Leuzinger Lima. Retransmito telegrama do Estado-Maior da Aeronáutica: “Referência seu telex. Autorizado transporte, desde que escoltados por dois elementos. Coronel Leuzinger autorizado seguir Brasil. Autorizado cancelamento escala Montevidéu. CISA”.³⁹

63. Na capital carioca, Jefferson Cardim de Alencar Osório e seu filho Jefferson Lopetegui Osório foram mantidos em celas individuais de presos políticos e submetidos a torturas na Base Aérea do Galeão. Jefferson Cardim foi submetido a vários interrogatórios sobre suas passagens por Cuba, México, Paris e Santiago e também sobre seu exílio no exterior. Em diligência de visita à Base Aérea do Galeão, realizada pela CNV em 30 de maio de 2014, Jefferson Lopetegui Osório reconheceu o local onde pousou a aeronave da FAB que o trouxe, com seu pai, de Buenos Aires para o Brasil.

64. Jefferson Cardim foi torturado na Base Aérea do Galeão pelo suboficial da Aeronáutica Abílio Correa de Souza e pelo coronel Ferdinando Muniz de Farias, ambos agentes do CISA. Importante salientar que Abílio Correa de Souza e Ferdinando Muniz de Farias são citados por Alex Polari de Alverga como torturadores de Stuart Angel Jones, preso na manhã de 14 de maio de 1971 em uma região do Grajaú, na Zona Norte do Rio (ver Capítulo 12). Depois do Galeão, Jefferson Cardim de Alencar Osório foi transferido para a fortaleza de Santa Cruz, em fevereiro de 1971, e, em abril de 1975, para o Instituto Penal Cândido Mendes na Ilha Grande. Foi libertado no dia 2 de novembro de 1977. Beneficiou-se da Lei de Anistia de 1979, mas no ano seguinte, sua anistia foi anulada pelo Supremo Tribunal Militar, e seus direitos políticos foram novamente cassados. Em 1981, exilou-se na França e, somente quatro anos depois, teve sua anistia ratificada com o fim da ditadura militar. Jefferson Cardim de Alencar Osório morreu no Rio de Janeiro em 1995.

4. SEQUESTRO E DESAPARECIMENTO DE EDMUR PÉRICLES CAMARGO EM BUENOS AIRES, EM 16 DE JUNHO DE 1971

65. Edmur Péricles Camargo, conhecido como “Gauchão”, era dirigente do M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara). Foi preso e banido do país, após o sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, quando setenta presos políticos foram trocados pelo diplomata. Foi para o Chile com os demais banidos, onde permaneceu até junho de 1971.⁴⁰

66. Naquela época, a preocupação com a movimentação do grande número de asilados no Chile de Allende já não estava limitada às esferas de segurança e despontara também na agenda diplomática. Telegramas trocados entre a Secretaria de Estado (MRE) e a Embaixada em Buenos Aires, em janeiro de 1971, com o índice “Coordenação de medidas contra a subversão: Brasil-Argentina” trazem informações sobre as conversações entre as chancelarias dos dois países sobre “a possibilidade de ser estabelecida uma adequada coordenação entre as autoridades competentes de ambos os países, em caráter confidencial, tendente a acentuar o controle de agentes extremistas, de seus deslocamentos, localização e elementos de luta”. A proposta, que partiu dos argentinos, envolveria os canais diplomáticos: o embaixador João Hermes Pereira de Araujo relata que o diretor-geral de Informações da chancelaria argentina sugeriu “que a troca de informações proposta poderia, a seu ver, processar-se no plano chancelaria-embaixada, em Brasília e em Buenos Aires”, que o sistema “deveria ter em vista máxima rapidez na troca das informações, a fim de ser eficaz”, e reiterou-lhe “a importância que o Palácio San Martin atribui a uma mais íntima e permanente colaboração com o Governo brasileiro em assunto de tão grande atualidade”.⁴¹

67. No dia 16 de junho de 1971, Péricles Camargo deixou Santiago do Chile com destino a Montevideú para um tratamento ocular, uma vez que as torturas a que fora submetido no Brasil haviam comprometido sua visão. Os dados dessa viagem haviam sido comunicados, na véspera, pelo cônsul do Brasil em Santiago, o embaixador Mellilo Moreira de Mello, em telegrama secreto-urgente à Secretaria de Estado.⁴² Por sua vez, segundo a informação nº 68, de 16 de junho de 1971, um adido da Aeronáutica na Embaixada brasileira em Montevideú recebeu uma comunicação, do posto Correio Aéreo Nacional (CAN) de Montevideú, em que se dizia que – com seu próprio nome, Edmur Péricles Camargo Villaça – o brasileiro estava viajando para o Uruguai pela LAN-Chile. Em contato com a companhia aérea, o adido verificou que o avião fazia escala na Argentina⁴³ e, após ligação à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, deslocou-se para aquela cidade “a fim de saber das providências que ali seriam tomadas”. Segundo o adido, “a polícia argentina prendeu Edmur no aeroporto de Ezeiza e o entregou às autoridades brasileiras”.⁴⁴

68. Em outra informação secreta, de nº 17, o adido do Exército em Buenos Aires é também notificado de que, em 16 de junho de 1971, Péricles Camargo “passaria por Buenos Aires, com destino a Montevideú, viajando em avião da LAN-Chile, sendo-lhe solicitado verificar a possibilidade de obter das autoridades argentinas sua prisão e entrega às autoridades brasileiras”. O contato imediato com autoridades da Coordenação da Polícia Federal argentina foi feito e, em resposta, chegou a comunicação de que “a Brigada da Repressão já tinha montado a operação”.⁴⁵ O próprio adido que relata a prisão nesse documento foi ao aeroporto de Ezeiza e constatou que os elementos da polícia federal argentina estavam no aeroporto e lá teriam detido Péricles Camargo. Assim, de acordo com o informe, entraram em contato com as autoridades argentinas para detalhes de sua entrega às autoridades brasileiras.⁴⁶

69. Foi providenciado um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que chegou em Buenos Aires na madrugada do dia 17 e, algumas horas depois, partiu para a base militar do Galeão no Rio de Janeiro. “Por volta das 5h do dia 17, chegou na zona militar do aeroporto um avião da FAB para o qual foi transferido o terrorista [Péricles Camargo], tendo o avião decolado por volta das 6h45”.⁴⁷ O avião da FAB levava Péricles Camargo “acompanhado do coronel Lana, adido aeronáutico, e do secretário Nery, que seguiu de Brasília no mesmo avião”.⁴⁸ O diplomata Paulo Sérgio Nery, morto em 1979, exercia na época a função de diretor-executivo do Ciex, lotado na Secretaria-Geral do

MRE.⁴⁹Miguel Cunha Lana era coronel aviador e exercia as funções de adido militar aeronáutico em Buenos Aires. De acordo com esse mesmo documento, “o adido da aeronáutica e seu substituto”, que estavam em Buenos Aires, teriam solucionado “todos os problemas referentes à autorização para sobrevoos, utilização da área militar aérea e etc.”⁵⁰

70. Os agentes apreenderam os papéis que estavam com Edmur, tais como o seu salvo-conduto, a documentação do serviço de saúde do Chile e uma carta do almirante Cândido Aragão que deveria ser entregue em mãos ao presidente João Goulart. A informação nº 68 registra que “o agente do Itamaraty conseguiu obter uma carta de apresentação do general Aragão para um contato de Edmur em Montevideú”.⁵¹ Sobre a prisão de Péricles Camargo, o adido de Montevideú ainda comenta que “apesar das grandes dificuldades que se tem para acompanhar esse pessoal no Uruguai, no caso presente, parece que a polícia argentina se precipitou pois, no momento em que o fato venha a público, será difícil justificar a entrega e o recebimento de um banido”.

71. A relação de passageiros da LAN-Chile veio com a observação de que Edmur Camargo foi detido pela polícia de Ezeiza.⁵² O adido naval do Brasil no Chile, identificado como Jordão, em documento do Ciex, recebeu “a informação da viagem de Edmur Péricles Camargo graças à infiltração do Serviço Argentino na LAN-Chile e que, de posse da informação, transmitira a mesma ao adido aeronáutico em Buenos Aires, o qual montara a ‘operação prisão’ de Edmur”.⁵³ De acordo com o *Jornal de Serviço* de 2 de novembro de 1970, o capitão-de-mar-e-guerra Benedito Jordão de Andrade, adido naval no Chile, representou o Governo brasileiro nas solenidades de posse do presidente daquele país, Salvador Allende.⁵⁴ Segundo o *Diário Oficial*, em 19 de dezembro de 1971, Benedito Jordão de Andrade foi exonerado do cargo de adido naval junto à Embaixada do Brasil no Chile, com sede em Santiago.⁵⁵

72. O Ciex, em índice dedicado às “Atividades de asilados e foragidos brasileiros”, distribuiu aos demais órgãos da comunidade de informações – CIE, SNI-AC, 2ª seção/EME, 2ª seção/EMAER, Cenimar etc. – a informação nº 429, timbrada como secreta, datada de 21 de outubro de 1971, em que informava a entrega de um documento às autoridades chilenas por parte de exilados e refugiados brasileiros dando conta do desaparecimento de Edmur Péricles Camargo e informando que

[...] até esta data [agosto de 1971] EDMUR CAMARGO não mais se comunicou com qualquer de seus companheiros, os quais têm recebido informes [de companheiros em Montevideú e Buenos Aires] de que EDMUR CAMARGO teria sido preso pelas autoridades argentinas e brasileiras e entregue à ditadura brasileira.⁵⁶

5. UM NOVO ALIADO NO CONE SUL, O CHILE DE PINOCHET

73. A atitude assumida pelo Governo brasileiro nos vários desdobramentos que envolveram o golpe militar que derrubou o presidente do Chile Salvador Allende, em setembro de 1973, dá mais uma demonstração da proximidade e colaboração que imperava entre os aparatos militares desses países, e da participação do Ministério das Relações Exteriores nessa articulação. Muito já foi escrito – e ainda se escreverá – sobre o apoio prestado pelo Governo brasileiro aos golpistas chilenos.⁵⁷ A proximidade entre o embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Câmara Canto, e os militares que viriam a assumir

o poder no Chile era notória. O embaixador dos Estados Unidos no Chile de 1967 a 1971, Edward Korry, declarou em 1977 ante o Senado norte-americano que tinha motivos para crer que os militares brasileiros aconselharam os chilenos; seu sucessor no cargo, Nathaniel Davis, afirmou em livro sobre o período que a conexão brasileira havia sido confirmada por muitas fontes. As comunicações entre a Embaixada do Chile no Brasil e a chancelaria chilena na década de 1970, recentemente liberadas ao público, trazem também revelações nesse sentido. A pesquisa da CNV deparou-se com uma série de telegramas do Consulado-Geral em Santiago ao longo dos anos do governo Allende, classificados à época como ultrassecretos e dirigidos ao gabinete do ministro Mário Gibson Barboza, com uso de codinomes e códigos, relativos a contatos com a oposição chilena e possível ação clandestina (referida como “operação de asfaltamento”), entrega de armas etc., que parecem corroborar essas assunções. A série apresenta lacunas, em especial os telegramas de Brasília para o consulado, que não foram encontrados nos arquivos do Itamaraty, onde aparecem apenas as remissivas a esses expedientes. Sua análise exigiria uma pesquisa mais aprofundada, que poderá trazer à luz novas revelações sobre as articulações entre o Governo brasileiro e os conspiradores chilenos.

74. A pesquisa nos arquivos do MRE trouxe também evidências documentais de que a atuação do Estado brasileiro com relação aos seus cidadãos que se encontravam no Chile quando ocorreu o golpe de Estado, como mencionado no Capítulo 5 deste Relatório, foi muito além da mera omissão em proteger a vida e a integridade física de seus nacionais. Não se sabe ao certo quantos brasileiros estavam no Chile naquela ocasião. Fala-se em várias centenas ou mesmo milhares, que para lá se haviam dirigido, ao longo dos três anos de governo da “Unidad Popular”, para escapar da repressão no Brasil – uns com intenção de lá ficar, outros de passagem para outros países – ou para testemunhar ou participar da inovadora experiência política que o Chile vivia naquela conjuntura. Desses brasileiros, três – Luiz Carlos de Almeida, Nelson de Souza Kohl e Túlio Cardoso Quintiliano – foram levados de suas casas e mortos por militares chilenos nos primeiros dias após o golpe, sem qualquer processo, como já foi reconhecido oficialmente pelo Governo do Chile. Segundo lista divulgada anos depois pelo ex-chefe da DINA (polícia política chilena) Manuel Contreras, 108 brasileiros teriam ficado presos no Estádio Nacional, um dos quais – Wânio José de Mattos – ali faleceu em situação de deliberada omissão de socorro. Muitos poderiam ter sido rapidamente libertados. As comunicações do período, entre a Embaixada e o Consulado em Santiago e a Secretaria de Estado em Brasília, mostram que não só o MRE não tomou medidas que estavam ao seu alcance e que eram necessárias para que isso ocorresse, mas chegou mesmo a tomar iniciativas no sentido de impedi-lo.

75. Os primeiros dados que o Itamaraty se preocupou em obter após o golpe – o número e a identidade dos brasileiros que, a qualquer título, estavam no Chile – não foram voltados, como seria de se esperar, para a proteção que seria de seu dever estender-lhes, numa conjuntura de extrema violência em que o simples fato de ser estrangeiro configurava um perigo real. Tanto a Embaixada como o Consulado no Brasil já vinham monitorando e informando sistematicamente as atividades dos exilados brasileiros no Chile, porém sem contar, para tanto, com a colaboração das instituições chilenas. O golpe de Estado no Chile, e a subsequente perseguição aos estrangeiros que lá se encontravam, foi para as autoridades brasileiras uma ocasião privilegiada para descobrir o paradeiro de centenas de oponentes ao regime brasileiro que haviam deixado o país e, dali em diante, seguir-lhes a pista em seus deslocamentos no exterior.

76. Assim, já no próprio 11 de setembro, dia do golpe de Estado, a Divisão de Segurança e Informações (DSI/MRE), chefiada na época pelo então conselheiro Adolpho Corrêa de Sá e Benevides,

envia telegramas secretos-urgentes para as embaixadas em Montevideu, La Paz, Assunção, Buenos Aires e Lima (e posteriormente a várias outras embaixadas da região), pedindo a esses postos que procurem obter das autoridades relação nominal dos brasileiros que ingressaram no país, procedentes do Chile, uma vez que “em decorrência do golpe de Estado no Chile e da crítica situação que o precedeu, é provável que os brasileiros subversivos lá refugiados estejam procurando abandonar o país e se dirigindo para os países limítrofes”.⁵⁸ A instrução foi cumprida por esses postos com empenho, recorrendo-se, conforme o caso, a adidos militares, autoridades de inteligência, militares e policiais, ou mesmo gestões pessoais junto ao Ministério do Interior ou outras instâncias políticas ou diplomáticas.⁵⁹

77. No dia 18 de setembro – depois que, por meio de vários telegramas e gestões em Brasília e Santiago, o Governo brasileiro já fora o primeiro em reconhecer a Junta Militar chilena e travava conversações sobre o auxílio que poderia prestar-lhe – a DSI envia para a Embaixada em Santiago uma primeira instrução sobre a situação dos cidadãos brasileiros no Chile, pedindo que procure obter a colaboração das autoridades chilenas para que sejam transmitidas com urgência, “a fim de serem informadas às autoridades brasileiras de segurança”, listas dos brasileiros que se encontravam no Chile. Prossegue a instrução: “Em contrapartida, dada a possibilidade de se encontrarem no Brasil, ou para cá viajarem, Vossa Excelência poderá informar às autoridades chilenas, com quem entrou em contato para obter os dados acima referidos, que as relações de cidadãos chilenos ou estrangeiros, que estão sendo por elas procurados por atividades subversivas, que desejem encaminhar a Vossa Excelência, serão transmitidas às autoridades brasileiras de segurança, com o pedido de averiguarem a eventual presença de tais indivíduos no Brasil”.⁶⁰

78. A resposta recebida de Santiago faz referência aos interrogatórios a que estavam sendo submetidos os 4.400 prisioneiros alojados no Estádio Nacional – transformado naquela ocasião, como se sabe, em campo de concentração provisório por onde passaram milhares de detidos chilenos e estrangeiros e palco de torturas e fuzilamentos. Informa-se que é com base nesses interrogatórios que as autoridades chilenas estariam iniciando a elaboração de novas listas de estrangeiros, em razão de terem sido incendiados os arquivos do Ministério do Interior, por ocasião do bombardeio ao Palácio de La Moneda, onde estava localizado.⁶¹

79. Não se conhecem todas as instruções e informações que circularam entre o MRE em Brasília e os representantes do Brasil em Santiago do Chile naqueles dias.⁶² Mas a documentação disponível permite traçar um quadro bastante preciso das providências que aquele Ministério adotou – ou deixou de adotar – com relação à comunidade de brasileiros surpreendidos no Chile por um novo regime que passou a considerar suspeitos e indesejáveis todos os estrangeiros que tivessem migrado ao país durante o governo Allende.

80. Após várias gestões da Embaixada para obter das autoridades chilenas a lista dos cidadãos brasileiros detidos no Estádio Nacional ou que já tivessem sido postos em liberdade ou expulsos para outro país, bem como dos que se encontravam asilados em embaixadas de outros países,⁶³ o Consulado do Brasil em Santiago transmite no dia 28 de setembro uma primeira lista de 52 brasileiros detidos no Estádio Nacional, entregue ao cônsul Luiz Loureiro Dias da Costa, em mãos, pela chancelaria chilena. Ao lado de cada nome, a respectiva situação: “debe interrogarse nuevamente”, “justicia militar”, “expulsión” ou “debe abandonar el país”. Cinco desses brasileiros, informa o cônsul, declararam às autoridades chilenas que desejam regressar ao Brasil, e “as autoridades militares

chilenas concederão os necessários salvo-condutos, desde que solicitados por mim”. No dia seguinte, relata que foi ao Estádio Nacional entrevistar-se com o coronel Espinoza, encarregado do destino dos estrangeiros ali detidos, o qual ficou de fornecer-lhe a lista completa dos brasileiros que desejariam retornar ao Brasil, para fins de solicitação ao Ministério do Exterior local dos respectivos salvo-condutos, e pede à DSI que informe quais os detidos “cujo regresso é considerado indesejável”.⁶⁴

81. No dia 1º de outubro, envia outra lista: a de 22 brasileiros detidos em instalações da Marinha na ilha Quiriquina, dos quais 14 já tinham sido liberados; quanto aos demais, “é pensamento das autoridades militares daquela região deportar para o Brasil os cidadãos brasileiros que formularem tal desejo”.⁶⁵ Com relação a esses, a DSI/MRE preocupa-se em que não se perca o seu rastro caso de fato sejam deportados: pede ao cônsul que averigue junto às autoridades militares “se seriam postos a bordo de avião direto para o Brasil (comercial ou militar, chileno ou brasileiro) ou se seriam colocados em alguma das fronteiras do Chile, nesta hipótese em qual e em que exato local”, e pede atenção quanto à exatidão dos nomes enviados para facilitar o levantamento de seus antecedentes pelas autoridades de segurança brasileiras.⁶⁶

82. Essa preocupação com a identificação dos brasileiros para subsidiar os órgãos de informação, aliás, se reflete na intensa circulação das listas fornecidas pelas autoridades chilenas entre a DSI/MRE, o EME e seu adido na Embaixada em Santiago, o Consulado, o Ciex, do MRE, e os demais órgãos de Inteligência no Brasil. As listas são também enviadas pela DSI a mais de uma dezena de embaixadas e consulados do Brasil em capitais americanas e europeias, para que informem sobre a eventual entrada naqueles países de qualquer desses cidadãos. Também começam a circular entre todos esses órgãos as listas dos brasileiros que se encontram asilados em embaixadas estrangeiras em Santiago, quando possível acompanhadas de outros dados como fichas e fotografias, e as informações sobre suas partidas e chegadas aos respectivos destinos, que o MRE também recebe de seus postos nesses países e retransmite entre eles “em sistema de *cross information*”.⁶⁷ A Embaixada da Argentina em Santiago, uma das mais procuradas, chegou a abrigar naqueles dias mais de quinhentos asilados de diversas nacionalidades, entre os quais pelo menos 110 eram brasileiros. O embaixador do Panamá teve que alugar uma casa (a do brasileiro Teotônio dos Santos) para ampliar o espaço protegido por imunidade diplomática de maneira a acomodar, ainda assim em condições totalmente precárias, as cerca de 260 pessoas, das quais mais de oitenta brasileiros, que se haviam refugiado em seu apartamento. Outras dezenas de brasileiros foram acolhidos nas embaixadas do México, da Venezuela, da Itália, da Suécia e várias outras.⁶⁸

83. A Secretaria de Estado também se interessa pelos métodos adotados pelas organizações internacionais, envolvidas, a pedido do Governo chileno, na evacuação de estrangeiros, sobre os quais instrui o consulado inicialmente a “obter com a necessária discrição e enviar-me informações, tão pormenorizadas quanto possível”, e depois a procurar obter os nomes e demais dados dos cidadãos brasileiros que por elas sejam atendidos, para transmiti-los a Brasília “antes de efetuar-se o transporte das pessoas em questão”.⁶⁹

84. Com relação aos presos no Estádio Nacional, o cônsul Dias da Costa envia relação atualizada dos que pediram para retornar ao Brasil, e reitera a informação sobre as providências que poderiam ser tomadas de imediato para tirá-los de lá:

As autoridades militares chilenas, mediante simples solicitação diplomática para que sejam expedidos os respectivos salvo-condutos para deixarem o Chile, entregarão à minha responsabilidade os citados brasileiros. Muitos deles não possuem presentemente documentação brasileira em ordem. Nada de desabonador encontrei deles em meus arquivos. Rogo Vossa Excelência autorizar-me a recebê-los e embarcá-los no primeiro avião Varig. Preço de cada passagem aérea Santiago-Rio de Janeiro é de US\$138,60. Dei ciência deste telegrama ao embaixador Câmara Canto. Agradeceria instruções urgentíssimas.⁷⁰

85. Explica que “o ministro da Defesa tem hoje como séria preocupação esvaziar o Estádio Nacional, que será palco da revanche do jogo Chile × Rússia para a classificação do mundial de futebol” e que o coronel Espinoza solicitou sua colaboração no “sentido de resolver rapidamente a situação dos brasileiros, já que autoridades chilenas devem deixar livres o mais rápido possível as dependências do estádio e as prisões se encontram superlotadas”.⁷¹ Como não recebe resposta, continua a insistir. Em 9 de outubro, escreve:

Lembro Vossa Excelência de que pessoas constantes do meu telegrama 179 já nada devem às autoridades chilenas desde 28/9/1973, data do meu telegrama 164, mas deverão deixar o país o mais rápido possível. Desde que assumisse eu o compromisso de mandá-los fora do Chile, os mesmos me seriam incontinenti entregues. As condições em que se encontram detidos no Estádio Nacional são mais do que precárias, quase desumanas, visto ter ali como “população flutuante” desde o dia 12 de setembro último aproximadamente seis mil pessoas. Apelo para o sentido humanitário de Vossa Excelência afim de receber instruções urgentes já reiteradas no meu telegrama 181.⁷²

86. No entanto, o Estado brasileiro optou por outro curso de ação: no início de outubro, a DSI/MRE envia ao SNI e outros órgãos de inteligência (CIE, Cenimar, CISA e CI/DPF) os Pedidos de Busca Secretos-Urgentíssimos nº DSI/2051, DSI/2071 e DSI/2095, pelos quais transmite a lista dos presos brasileiros no Estádio Nacional e na ilha de Quiriquina, com indicação de sua situação perante as autoridades chilenas, solicitando “receber, com a maior urgência, os nomes daqueles em favor de quem não deverá ser solicitado salvo-conduto, caso desejem regressar ao Brasil, por não ser de interesse das autoridades de segurança tê-los no território nacional neste momento”. No expediente formado no SNI a partir dos referidos Pedidos de Busca, consta informação, datada de 3 de outubro, dando conta de que o ministro Marcos Côrtes, do MRE, considerava que, excetuados os banidos, os demais teriam direito líquido e certo de retornar ao Brasil e poderiam impetrar mandado de segurança caso isso lhes fosse negado e de que o conselheiro Benevides, por sua vez, afirmava que “na prática o MRE tem recusado o regresso de alguns brasileiros por orientação do SNI, que tem desaconselhado o retorno”.⁷³

87. Pode-se presumir que é a partir do recebimento dessas listas que é tomada a decisão, em algumas das instâncias de inteligência que a pesquisa da CNV ainda não logrou identificar, de enviar ao Chile uma equipe de agentes para interrogar os brasileiros cujos prontuários foram compilados a partir dos Pedidos de Busca da DSI. Os telegramas da série do MRE registram que o Itamaraty teve no mínimo conhecimento da presença desses agentes no Estádio Nacional: no dia 15 de outubro, a DSI recebe do Consulado-Geral a informação de que o vice-cônsul, ao apresentar-se no Estádio Nacional para entregar ao coronel Espinoza a lista de brasileiros cujo retorno ao

Brasil não é desejado pelas autoridades brasileiras, “lá topou com aproximadamente cinco policiais brasileiros que se encontravam acompanhados pelo sargento Deoclécio Paulo, ordenança do adido militar à Embaixada do Brasil nesta Capital, e já estavam se ocupando da situação dos brasileiros ali detidos”. A DSI retransmite o teor dessa comunicação à Embaixada do Brasil, sem nada perguntar ou comentar.⁷⁴ Em outro expediente, o cônsul faz novamente referência aos agentes que chegaram em um AVRO da FAB e “passaram incontinenti a lidar com os brasileiros detidos no Estádio Nacional”. Nos arquivos da chancelaria chilena, foi localizada uma solicitação de “autorização de sobrevoos e pouso” para um avião C-91 (AVRO) da FAB que aterrissou no dia 15 de outubro no aeroporto de Cerillos trazendo passageiros em proveniência de São Paulo, para onde regressaria no dia 21. O pedido é assinado pelo coronel Walter Mesquita de Siqueira, adido militar e aeronáutico da Embaixada do Brasil em Santiago, e consta a anotação: “sobrevoos autorizados verbalmente pelo senhor oficial de Ligação da Força Aérea Chilena, por motivo de urgência”.⁷⁵ O piloto da aeronave, o brigadeiro Zilson Luiz Pereira da Cunha, ouvido pela CNV, afirmou que a lista de passageiros era confeccionada no gabinete do ministro da Aeronáutica.⁷⁶ A CNV solicitou ao Ministério da Defesa as listas dos passageiros e tripulantes desse e de outros sete voos da FAB que aterrissaram em Santiago, entre 14 de setembro e 19 de dezembro daquele ano, e não obteve resposta.

88. Há inúmeros depoimentos sobre a atuação desses agentes brasileiros, cuja presença no Estádio Nacional é fato notório, testemunhado por brasileiros e chilenos,⁷⁷ que atestam que eles teriam orientado os militares chilenos nos interrogatórios de presos brasileiros ou procedido pessoalmente aos interrogatórios sob tortura. Por exemplo, em audiência pública da subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado sobre o tema, realizada em 14 de abril de 2014, vários depoentes descreveram os agentes e sua atuação, inclusive a tortura por eles aplicada.⁷⁸ Em depoimento prestado à CNV no dia 7 de novembro de 2013,⁷⁹ Osni Geraldo Gomes relata como foi interrogado – pendurado no pau de arara e submetido a choques elétricos – por três agentes brasileiros, que falavam em português e perguntavam sobre suas atividades e ligações no Brasil. A sessão de tortura foi presenciada por um grupo de oficiais chilenos que assistiam a tudo por uma parede de vidro, e de um dos quais o depoente ouviu o seguinte comentário, dirigido aos demais: “esses são profissionais, prestem atenção”. Outro brasileiro, Luiz Carlos Guimarães, torturado na mesma ocasião, reconheceu um de seus interrogadores como sendo um oficial do Cenimar que o havia torturado alguns meses antes, quando estivera preso no Rio de Janeiro.⁸⁰

89. O então primeiro-sargento Deoclécio Paulo, na época auxiliar do adido aeronáutico e do Exército junto à Embaixada do Brasil no Chile, hoje capitão reformado, foi ouvido pela CNV.⁸¹ Em seu depoimento, negou ter estado no Estádio Nacional, negou qualquer conhecimento a respeito da equipe de agentes brasileiros, e afirmou que seu trabalho no escritório do adido consistia apenas em “datilografar coisas sem importância, como cartões de aniversário”. No entanto, Deoclécio Paulo, cujos assentamentos funcionais já indicavam participação anterior em missões da Seção de Informações do Exército brasileiro, foi laureado com a Medalha do Pacificador com Palma, outorgada “por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, praticados de 8 de maio de 1972 a 1º de novembro de 1974”.⁸² Seu nome também é citado em documentos do Ciex e do SNI, de 1976, que se referem a um relatório sobre a participação dos serviços de informação do Brasil no golpe que derrubou Salvador Allende, que estaria sendo confeccionado pelos asilados brasileiros Márcio Moreira Alves e Carlos de Figueiredo Sá com a colaboração de um ex-funcionário da Adidância Militar na Embaixada em Santiago, Euclides Moraes Gomes. Segundo esses documentos, Euclides Moraes Gomes teria relatado que o grupo de militares brasileiros que desembarcou no Chile logo após o golpe com a finalidade de interrogar presos

políticos brasileiros e chilenos seria comandado pelo tenente-coronel Cyro Etchegoyen, informação que não pôde ser confirmada pela CNV.⁸³ O relatório, que também não foi localizado, citaria os nomes dos adidos do Exército na Embaixada em Santiago (Walter Mesquita de Siqueira e Décio Barbosa), como ligados ao CIE; os do adido naval e seu adjunto (Paulo Henchel Marins e Erotildes Lopes da Silva), como ligados ao Cenimar; os do embaixador Câmara Canto, seu ministro conselheiro Cláudio Santos Rocha e o assessor de segurança Jaceguay dos Santos Costa, como ligados ao SNI; além disso, os sargentos Deoclécio Paulo e José Mileski são apontados como “elementos do DOI/GB em Santiago”.⁸⁴ A CNV solicitou ao Ministério da Defesa documentação sobre os militares brasileiros que teriam sido denunciados por Euclides Moraes Gomes, mas ainda não pôde comprovar suas alegações.

90. O Itamaraty recebeu no dia 10 de outubro a primeira resposta do SNI sobre os cinco primeiros brasileiros que haviam solicitado, já em fins de setembro, retornar ao Brasil. A Agência Central informa inicialmente que “não é conveniente o regresso ao Brasil dos brasileiros Maria das Dores Romaniolo, Maurício Dias David e João Ernesto Maraschin”; quanto aos dois outros, que não possuem registros na agência, “solicita-se os dados característicos dos mesmos e as atividades que exerciam no Brasil e no Chile, antes de serem presos pelas autoridades chilenas”.⁸⁵ A recomendação é transmitida pela DSI/MRE ao Consulado em Santiago, com o pedido de que comunique às autoridades chilenas que não há interesse por parte do Governo brasileiro em receber essas pessoas no Brasil, e que informe “sobre as medidas que seriam, em consequência, adotadas por aquelas autoridades”.⁸⁶

91. Maria das Dores Romaniolo, que estava entre esses cinco, não registrava antecedentes políticos no SNI, exceto o de ser companheira de Wânio de Mattos, ex-capitão da Força Pública do Estado de São Paulo ligado à VPR, também detido no Estádio Nacional, onde apresentou quadro clínico de peritonite aguda e veio a morrer, no dia 16 de outubro, em situação de omissão de socorro. No entanto, ela (com sua filha de colo) e seus companheiros serão a partir desse episódio incluídos em circulares do MRE instruindo todas as missões diplomáticas e repartições consulares a não lhes concederem passaporte ou qualquer outro tipo de documento de viagem sem consulta prévia.⁸⁷ Resgatada do Estádio Nacional pelo Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados, refugiou-se em Paris onde continuou a ter seu regresso ao Brasil negado, até finalmente voltar ao país em 1979. Em depoimento à CNV,⁸⁸ a filha de Maria das Dores e Wânio de Mattos, Roberta Romaniolo de Mattos, relatou o impacto dessa situação sobre a vida de sua mãe e a sua própria. Quanto a Wânio, a CNV realizou missão ao Chile, onde teve acesso aos autos do processo criminal instaurado na justiça chilena para investigar seu homicídio, que corrobora o ocorrido com documentos como os relatórios de visita ao estádio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (que cita o caso de Wânio), o relatório da autópsia realizada e requerimentos e recibos do Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados relativos à exumação e cremação do cadáver, que teria sido inicialmente sepultado, como os demais mortos no Estádio Nacional, no Pátio 29 do Cemitério Geral de Santiago. Documentos localizados no fundo Ciex do Arquivo Nacional e nos arquivos do Itamaraty e da chancelaria chilena comprovam que o falecimento de Wânio de Mattos foi comunicado à Embaixada do Brasil em Santiago e por esta à DSI em Brasília; que o cônsul Dias da Costa foi procurado por funcionária do Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados, que lhe apresentou o atestado de óbito e os documentos de que era portador Wânio de Mattos, solicitando sua assinatura para que fosse providenciada a cremação do corpo; que o cônsul limitou-se a consultar Brasília e remeter cópia dos documentos à DSI, que por sua vez as encaminhou ao SNI, CIE, Cenimar, CISA, CI-DPF, DSI/MJ e às 2^{as} seções dos Estados-Maiores das Forças Armadas,

do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; que também o Ciex informou esses mesmos órgãos sobre o falecimento de Wânio.⁸⁹ Não consta que essas informações ou documentos tenham sido encaminhados à família de Wânio. Por outro lado, nos relatórios dos Ministérios do Exército, da Marinha e Aeronáutica apresentados ao ministro da Justiça, em 1993, sobre os dados existentes no CIE sobre os desaparecidos políticos, constam, a respeito de Wânio de Mattos, apenas seus antecedentes antes do banimento para o Chile; sobre sua morte, um dos relatórios afirma que “de acordo com o *Jornal do Brasil*, em sua edição de 6 de março de 1971, teria sido morto no Chile”, e outro que “durante os acontecimentos que levaram à deposição do governo Allende, em 11 de setembro de 1973, teria sido morto no Estádio Nacional de Santiago, segundo imprensa”.

92. Quanto aos demais detidos no Estádio Nacional, a consulta ao SNI a seu respeito ficará sem resposta, ao menos em tempo oportuno. Em memorando para o secretário-geral das Relações Exteriores, no dia 11 de outubro, Benevides recapitula a situação, informando que, após ter levado as diversas comunicações recebidas do consulado ao conhecimento daquele órgão e dos centros de informação das Forças Armadas, entrevistou-se com o coronel Darcy Boano Mussói, chefe da agência central do SNI, que lhe transmitiu a orientação “recebida do próprio general Fontoura” de que o SNI considerava desaconselhável o regresso ao Brasil daqueles elementos que possuísem registros de atividades subversivas e, quanto aos demais, “necessitaria receber maiores informações, a fim de poder examinar caso por caso”. E acrescenta que “o centro de informações de segurança da Aeronáutica – o único dos órgãos consultados sobre o assunto por esta divisão a responder por escrito, até o momento –, ao encaminhar os antecedentes disponíveis sobre os brasileiros detidos no Chile, expressou-se favoravelmente ao seu regresso, condicionando-o, apenas, a que fossem interrogados, na chegada, por oficiais dos centros de informações militares, com vistas ao levantamento de suas atividades e à busca de informações sobre subversivos brasileiros no exterior”.⁹⁰

93. No entanto, a CNV conseguiu localizar nos arquivos da chancelaria chilena apenas um único pedido de expedição de salvo-conduto, apresentado pelas autoridades brasileiras, para três cidadãos brasileiros detidos no Estádio Nacional (Antonio Paulo Ferraz, Solange Bastos da Silva e Ricardo de Azevedo) – outros documentos da série telegráfica do MRE, porém, revelam que nem mesmo esse pedido teve o aval da Secretaria de Estado, o que levou o ministro Gibson Barboza a, desautorizando a iniciativa, instruir o embaixador Câmara Canto a “daqui por diante exercer o mais restrito controle sobre os atos do Consulado-Geral em tudo que se refira a brasileiros suspeitos, subversivos ou que se encontrem detidos ou sob observação pelas autoridades chilenas”.⁹¹

94. O chefe da DSI, Adolpho Benevides, na época conselheiro e hoje embaixador aposentado, foi ouvido pela CNV.⁹² Esclareceu inicialmente que, embora as Divisões de Segurança dos Ministérios fossem, estatutariamente, órgãos sob a superintendência do SNI, no caso da DSI do MRE não havia subordinação: “A minha subordinação era ao ministro. Eu muitas vezes despachava ou com o ministro ou com o secretário-geral”. Quanto aos fatos aqui tratados, confirmou que “havia um interesse dos órgãos de informação, desde antes do golpe, em saber o que os brasileiros exilados estavam fazendo no Chile”, e “especialmente depois do golpe, que foi quando houve uma espécie de diáspora”. Confirmou também que “não houve nenhuma decisão de proteger” os nacionais. “Tratava-se de levantar informações. O Governo estava sabendo. Havia até militares brasileiros que foram lá interrogar brasileiros”.

95. Esse interesse dos órgãos de informação brasileiros encontrou nos militares chilenos, a partir do golpe de Estado naquele país, interlocutores privilegiados. Os circuitos diplomáticos continuaram a ser também mobilizados para tal fim. Documentos obtidos nos arquivos da chancelaria chilena revelam que a DSI/MRE e a Embaixada do Chile em Brasília começam já nas primeiras semanas do novo regime a intercambiar informações: o lado brasileiro fornece listas, com fotografias e fichas datiloscópicas, de brasileiros cujo paradeiro deseja descobrir; pede fotos dos brasileiros que se asilaram no Chile e saíram do país com destino ao Panamá, México, Venezuela e Argentina; e manifesta sua disposição para colaborar com as novas autoridades chilenas para “desarticular a máquina terrorista que opera no continente e põe em perigo a segurança de ambos os países”, oferecendo-se para receber as listas de pessoas que o lado chileno esteja interessado em capturar, para a eventualidade de se encontrarem em território brasileiro.⁹³

96. Monitorados de perto em seus deslocamentos, alguns desses brasileiros vieram a tornar-se desaparecidos políticos. É o caso de cinco dos que em setembro de 1973 buscaram asilo na Embaixada da Argentina em Santiago e de lá saíram para aquele país: João Batista Rita foi sequestrado em Buenos Aires em dezembro daquele mesmo ano; José Lavecchia, Victor Ramos, Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho, integrantes da VPR, estão entre as vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguazu, operação coordenada pelo CIE, em julho de 1974, na região da fronteira Brasil-Argentina (ver Capítulo 13). Em dezembro de 1973, ofício enviado pelo encarregado de negócios do Chile no Brasil à chancelaria chilena relata que teve conhecimento, “de forma muito reservada, que certos contatos entre os serviços de inteligência brasileiro e argentino teriam permitido a viagem de um grupo de agentes à Argentina para capturar alguns chefes terroristas, entre os quais quatro elementos que haviam ido ao Chile como asilados em troca do embaixador da Suíça, Bucher”.⁹⁴

97. Muitos anos depois, os brasileiros que haviam passado pelo Chile naquele período continuavam marcados por essa condição. Por meio de sucessivas circulares, os postos do MRE no exterior continuaram a receber listas, obtidas de diversas fontes, dos asilados políticos brasileiros procedentes do Chile acolhidos em diversos países, sempre com a instrução de incluir essas pessoas nos fichários da repartição, comunicar imediatamente sua eventual presença na respectiva jurisdição e submeter a consulta prévia qualquer solicitação por elas apresentada, o mesmo se aplicando às suas famílias.⁹⁵

6. JEAN HENRI RAYA RIBARD, CIDADÃO FRANCÊS, E ANTONIO LUCIANO PREGONI, CIDADÃO ARGENTINO, DESAPARECIDOS EM 21 DE NOVEMBRO DE 1973, NO RIO DE JANEIRO, EM CONEXÃO COM O SEQUESTRO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS JOAQUIM PIRES CERVEIRA E JOÃO BATISTA RITA, EM BUENOS AIRES, EM 5 DE DEZEMBRO DE 1973.

98. Documentos do Centro de Informações do Exterior (Ciex), do Ministério das Relações Exteriores, abertos à consulta pública pelo Arquivo Nacional no ano de 2012, lançaram luz sobre os desaparecimentos do francês Jean Henri Raya Ribard e do argentino Antonio Luciano Pregoni, ocorridos no Brasil no final de novembro de 1973, assim como sobre sua conexão com os sequestros dos brasileiros Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, que tiveram lugar em Buenos Aires no dia 5 de dezembro do mesmo ano. Há informações circunstanciais, que não puderam ser confirma-

das pela CNV, de que o desaparecimento de Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita, Juan Raya e Antonio Pregoni estaria relacionado também ao desaparecimento, em 21 de novembro de 1973, em Copacabana, no Rio de Janeiro, de Caiupy Alves de Castro, que teria mantido contatos com Cerveira no ano de 1971 no Chile.

99. Em informe interno do Ciex, datado de 14 de março de 1974, Alberto Conrado Avegno, agente do Ciex que usava, entre outros, o codinome de “Altair”, sugeriu que a argentina Alicia Eguren, militante da esquerda peronista, era o contato entre o ex-major brasileiro Joaquim Cerveira e o pequeno grupo de militantes revolucionários integrado pelo francês Jean Henri Raya, radicado na Argentina e conhecido como Juan Raya, e pelo argentino Antonio Pregoni. Na década de 1960, Pregoni havia integrado o grupo Tupamaros, do Uruguai. Joaquim Pires Cerveira, ex-major do Exército brasileiro e líder de um pequeno grupo conhecido como Frente de Libertação Nacional (FLN), encontrava-se na Argentina após haver deixado o Chile às vésperas do golpe contra Salvador Allende. Segundo documentos dos serviços de informações argentinos e brasileiros, Cerveira portava à época passaporte brasileiro emitido em nome de “Walter de Moura”.

100. O documento do Ciex de 1974 informa que Juan Raya viajara ao Brasil em novembro de 1973 para realizar uma ação armada em conjunto com o grupo do major Cerveira, que então contava com a participação de brasileiros integrantes da FLN e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). O alvo da suposta operação não é identificado no documento. Segundo o documento, Alberto Conrado, agente infiltrado na esquerda peronista, deveria ir ao Rio de Janeiro para investigar melhor o que havia acontecido com Raya – identificado erroneamente no relatório pelo nome de “Juan Rays”.

101. Denúncia nº 3.366, registrada nos arquivos da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), da Argentina, informa que Jean Henri Raya Ribard teria viajado de Buenos Aires ao Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1973, na companhia de Antonio Luciano Pregoni e de uma terceira pessoa, chamada Antonio Graciani. Todos estão desaparecidos. De acordo com o *habeas corpus* em favor de Jean Henri Raya apresentado por sua esposa, Mabel Bernis, e sua mãe, Gilberte Camille Ribard de Raya, às autoridades judiciais brasileiras em setembro de 1974, Raya ingressou no Brasil em ônibus da empresa Pluma pela cidade de Uruguaiana, vindo de Paso de los Libres, Argentina, de onde enviou carta a sua esposa, no dia 18 de novembro de 1973. Após chegar ao Rio de Janeiro, correspondeu-se com amigos na Argentina fornecendo o endereço: Avenida Atlântica, nº 3.150, apartamento 204.

102. Os encontros, em Buenos Aires, entre o grupo liderado pelo major Joaquim Pires Cerveira e o grupo de Juan Raya e Antonio Luciano Pregoni foram confirmados em depoimento à CNV do argentino Julio Cesar Robles, realizado em 8 de abril de 2014 na cidade argentina de Río Ceballos, na província de Córdoba. Segundo Julio Robles, o primeiro desses encontros teria ocorrido na confeitaria Richmond, na Rua Florida em Buenos Aires, poucas semanas após o golpe contra Salvador Allende no Chile. De acordo com Robles, Alicia Eguren teria promovido a aproximação entre os dois grupos de militantes, a fim de que os argentinos providenciassem assistência econômica aos brasileiros provenientes do Chile. Julio Robles, que participou de várias iniciativas de insurgência da resistência peronista na década de 1950 e 1960, informou à CNV que Cerveira esteve nesses encontros na companhia de outros dois brasileiros cujos nomes desconhece, mas que eles não aparentavam ter mais de trinta anos de idade à época.

103. Robles confirmou à CNV que Juan Raya, Antonio Pregoni e outro argentino conhecido pelo apelido de “El Salteño” – que acredita ser Antonio Graciani – teriam viajado ao Brasil em meados de novembro de 1973, possivelmente na companhia de um dos brasileiros que integravam o grupo de Cerveira. Também estaria junto um outro cidadão de nacionalidade chilena. Memorando do Serviço de Inteligência da Prefectura Naval Argentina (órgão equivalente à Capitania dos Portos no Brasil), com data de 28 de novembro de 1973, disponibilizado à CNV pela Comisión Provincial de la Memoria da Província de Buenos Aires, revela – em complementação ao depoimento de Robles – que as forças armadas e policiais da Argentina foram informadas pela Polícia Federal de Uruguaiana (RS) que Joaquim Pires Cerveira estava na Argentina à época e estaria realizando “contatos com organizações extremistas argentinas”.

104. Em informe do Ciex, de 14 de dezembro de 1973, o agente Alberto Conrado (codinome “Altair”) relatou que estivera “várias vezes” com Cerveira no Chile. Conrado se refere à denúncia do sequestro de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita em Buenos Aires e à batida realizada na casa de Cerveira por um grupo de policiais argentinos que tinha à frente um brasileiro, “dizendo-se da Interpol”. O agente do Ciex também indica que o “coronel Floriano” – coronel Floriano Aguilar Chagas, adido do Exército junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires à época – estaria vinculado tanto à operação de sequestro de Joaquim Pires Cerveira em Buenos Aires como à “penetração” no Brasil de um “comando argentino” de “peronistas de esquerda”.⁹⁶

105. No memorando nº 4, de 29 de outubro de 1974, Arancibia Clavel, agente da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) chilena, menciona “contatos estabelecidos: coronel Floriano Aguilar, Agregado Militar del Brasil, me ofreció información sobre la subversión argentina...”. Documentação recebida pela CNV do Ministério Público da Argentina confirma outros contatos do coronel Floriano Aguilar Chagas com agentes da Inteligência argentina e chilena em Buenos Aires nos anos de 1974 e 1975.⁹⁷

106. Em depoimento à CNV, o ex-delegado Cláudio Guerra afirmou que o delegado Sérgio Paranhos Fleury teria sido o responsável pelo sequestro de Cerveira em Buenos Aires e também por seu traslado para o Brasil – informação que Guerra teria obtido do próprio Fleury. Guerra afirmou ainda que o corpo do major Joaquim Pires Cerveira lhe foi entregue pelo coronel Freddie Perdigão no Destacamento de Operações de Informações (DOI), à Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro, para incineração na usina Cambahyba, no município de Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro. Em depoimento à CNV em 26 de março de 2014, o coronel Paulo Malhões nada falou sobre o sequestro do major Cerveira em Buenos Aires, mas afirmou acreditar que o ex-militar brasileiro teria sido morto no DOI do Rio de Janeiro.

107. As informações sobre a prisão ilegal e as torturas sofridas por Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita no DOI do Rio de Janeiro vão ao encontro do conhecimento de um telegrama confidencial a respeito do paradeiro de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, expedido pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires em 14 de fevereiro de 1974, e assinado pelo encarregado de negócios Paulo Cabral de Melo:

O senhor Oldrich Haselman, representante do escritório para a América Latina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, pediu-me audiência urgente sem especificar o assunto. Como não me fosse possível recebê-lo no momento, designei para tal fim um dos conselheiros da Embaixada.

Em longa conversa em que assumiu tom cordial e informal, sem entregar nenhum documento, o senhor Haselman se referiu ao assunto do suposto desaparecimento de dois exilados brasileiros, já amplamente comentado pela imprensa local e objeto de comunicações anteriores da Embaixada, cujos nomes o visitante declinou como sendo Valter de Moura ou Joaquim Pires Cerveira e seu acompanhante, João Batista Rita.

Segundo o visitante, sua intervenção amigável e informal se deveu a duas razões: a) “alguns refugiados brasileiros sem ideologia marxista” o procuraram para informar que haviam recebido de fonte segura a notícia de que os dois desaparecidos se encontrariam numa prisão brasileira situada “em Barão de Mesquita”; b) a esposa de João Batista Rita também o procurou para lhe pedir que intercedesse junto às autoridades competentes com o fim de descobrir o paradeiro de seu marido “que não é comunista e nem possui antecedentes, tendo desaparecido quando se achava por acaso em companhia do outro desaparecido”.

O conselheiro prometeu levar o assunto aos seus superiores, como o fez imediatamente, perguntando, porém, ao visitante por que razão havia declinado dois nomes para um dos cidadãos brasileiros, ao que o senhor Haselman respondeu que provavelmente o exilado Valter de Moura ou Joaquim Cerveira também usava um nome falso devido a circunstâncias próprias de um exilado político. Evitou, por outro lado, manifestar sua opinião pessoal acerca das hipóteses levantadas pela imprensa argentina a propósito do suposto desaparecimento dos dois exilados.

Essa gestão informal ocorrida no dia 4 do corrente mês, não foi comunicada imediatamente, inclusive porque o próprio funcionário que o atendeu, o conselheiro Augusto Estellita Lins, pediu-me alguns dias para pesquisar se teria transpirado na imprensa qualquer comentário que pudesse corroborar o sentido das gestões do senhor Haselman, verificando porém que até hoje não houve nenhuma outra menção à presença de qualquer dos dois exilados numa prisão no Brasil. Quanto à dupla identidade de Moura ou Cerveira, efetivamente ambos os nomes foram mencionados no noticiário dos jornais de forma pouco clara, mas a maneira como se expressou o senhor Haselman demonstrava estar seguro de se tratar efetivamente da mesma pessoa. Não creio que o senhor Oldrich Haselman volte ao assunto. Agradeceria instruções.⁹⁸

108. Em 19 de fevereiro de 1974, poucos dias depois da entrevista do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados com o diplomata brasileiro em Buenos Aires, o correspondente estrangeiro Patrick Keatley, do jornal *The Guardian*, de Londres, publicou matéria intitulada “Brazilian rebels tortured after being abducted”, na qual registrou testemunho dos suplícios sofridos por Joaquim Pires Cerveira e João Batista no DOI do I Exército, no Rio de Janeiro:

Dois membros, líderes do movimento oposicionista clandestino brasileiro, que haviam procurado refúgio na Argentina, foram sequestrados em Buenos Aires e estão sendo torturados na prisão da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, segundo informações.

O relato foi dado ao *The Guardian* ontem à noite por outro refugiado político brasileiro, atualmente exilado na Bélgica, o qual viu os dois homens chegando à prisão em uma ambulância da polícia no dia 13 de janeiro. Ele diz que eles foram raptados por membros do “Esquadrão da Morte”, trajando roupas comuns da polícia, que esteve também ativa no Chile desde o golpe.

Presumindo que o relato seja preciso – o refugiado foi capaz de dar expressiva corroboração e também referências pessoais – isto significa que o desaparecimento misterioso de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita Pereira do seu lugar de exílio na Argentina, há dois meses, foi solucionado. [...]

A testemunha ocular que viu Cerveira e Rita no Rio de Janeiro na manhã de 13 de janeiro de 1974 faz um seguinte relato do aspecto dos dois brasileiros quando foram levados para a prisão:

“Estavam amarrados juntos em posição fetal, os rostos inchados, mostrando vestígios de sangue fresco. Estavam em estado de choque obviamente extenuados. Foram levados para o que é conhecido como celas frigoríficas individuais. São câmaras de torturas. A temperatura interna pode ser reduzida a menos de quinze graus. O sistema nervoso do prisioneiro pode também ser afetado. Isto é feito por meio de um sistema de alto-falantes, que reproduz os gritos de pessoas sofrendo torturas.”⁹⁹

Sobre o método de tortura chamado de “cela frigorífica”, descrito pela testemunha, ver o Capítulo 9 deste Relatório.

7. ENRIQUE ERNESTO RUGGIA, CIDADÃO ARGENTINO, DESAPARECIDO EM 13 DE JULHO 1974

109. O argentino Enrique Ernesto Ruggia nasceu em 25 de julho de 1955, em Corrientes, na Argentina. Era estudante de Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires e iniciava a profissão de fotógrafo. Em 1973, Ruggia conheceu o brasileiro Joel José de Carvalho, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O jovem estudante – que não pertencia a nenhuma organização política – se encantou com a possibilidade de se engajar na luta guerrilheira latino-americana a partir do Brasil.

110. No entanto, Ruggia e outros cinco companheiros (Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia e Victor Carlos Ramos) morreram em uma emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, em 13 de julho de 1974. Onofre Pinto, que também estava no grupo e que veio do exterior para o Brasil, foi morto posteriormente. O episódio – conhecido como “Chacina do Parque Nacional do Iguaçu” – foi mencionado pelo coronel do Exército e agente do CIE Paulo Malhães, em depoimento à CNV em 24 de março de 2014.¹⁰⁰ Malhães afirmou ter sido o líder dessa operação em Foz do Iguaçu e informou, ainda, que os corpos dos cinco guerrilheiros foram enterrados ali mesmo, no Parque Nacional do Iguaçu.

111. Em 2013, a CNV retomou a buscas no Parque Nacional do Iguaçu, iniciadas no ano de 2005, com a finalidade de encontrar os restos mortais dos militantes da VPR desaparecidos.

C) VÍTIMAS DA OPERAÇÃO CONDOR E DE OUTROS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO REPRESSIVA NA AMÉRICA LATINA

1. CIDADÃOS BRASILEIROS DESAPARECIDOS NA ARGENTINA NO MARCO DA OPERAÇÃO CONDOR

1.1. SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS, DESAPARECIDO EM BUENOS AIRES, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1976

112. Sidney Fix Marques dos Santos (1940-76) nasceu em São Paulo (SP). Dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), abandonou o curso de Geologia da Universidade de São Paulo (USP) para dedicar-se à militância política e foi o editor responsável pelo jornal *Frente Operária*. Ingressou na clandestinidade logo após o golpe militar de 1964, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos em 27 de janeiro de 1967, em função do Ato Institucional nº 2 (AI-2).¹⁰¹ Em fins de 1972, Sidney Fix Marques dos Santos (codinome “Eduardo”) e sua esposa, Leonor Elvira Cristalli (codinome “Suzana”), exilaram-se em Buenos Aires, Argentina, onde Fix trabalhou como programador da IBM. Em 15 de fevereiro de 1976, aos 36 anos de idade, Marques dos Santos desapareceu na capital argentina.

113. Documento do Itamaraty, classificado como “secreto-urgentíssimo” e intitulado “Suposta prisão de brasileiro. Pedido de proteção consular. Sidney Fix Marques dos Santos”¹⁰² informa que seu pai, Cherubim Marques dos Santos, impetrou um *habeas corpus* à Justiça argentina em favor do filho:

[...] compareceu [...] a este consulado o senhor Cherubim Marques dos Santos para comunicar haver interposto recurso de *habeas corpus* em favor de seu filho, Sidney Fix Marques dos Santos, em virtude de comunicado recebido no Brasil de que esse teria sido detido em Buenos Aires [...] e se encontraria nas dependências da coordenação federal da polícia Argentina, fatos que teriam sido denegados pelo órgão em questão.

114. Suzana Olga Fix Marques dos Santos, mãe do brasileiro desaparecido, escreveu duas cartas ao então ministro das Relações Exteriores, o embaixador Azeredo da Silveira, pedindo que este intermediasse junto às autoridades argentinas a fim de que o paradeiro de seu filho pudesse ser descoberto. Na primeira delas, datada de 20 de fevereiro de 1976,¹⁰³ ela relata:

Imediatamente após recebermos a notícia que Sidney não voltara para casa naquele dia 15, meu marido voou para Buenos Aires. Apuramos então, por intermédio de deputados argentinos, que Sidney fora preso por agentes da Superintendencia de Seguridad Federal. As autoridades, no entanto, recusam-se a fornecer qualquer informação sobre ele ou mesmo admitir sua prisão.

115. Outro documento do Consulado do Brasil em Buenos Aires, taxado como “secreto” e endereçado à Secretaria de Estado (telegrama nº 087, de 28 de fevereiro de 1976), relata:

[...] tive então conhecimento que o juiz federal, doutor Zafaroni, do juizado federal número dois, onde foi dada entrada pedido [sic] de *habeas corpus*, tendo dirigido autoridades abaixo relacionadas sobre eventual detenção de Sidney Fix Marques dos Santos, de todos recebeu resposta negativa. Foram consultados Ministério do Interior, comando das For-

ças Armadas e Superintendência de Segurança Federal. Foram posteriormente consultados, não tendo ainda respondido, o Governo da Província de Buenos Aires, e também os Serviços de Informação do Estado, Exército, Marinha e Aeronáutica.

116. Prontuário produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) informa, na página 7, que Sidney Fix Marques dos Santos havia requisitado um passaporte, em 8 de janeiro de 1975, junto ao Consulado do Brasil em Buenos Aires. O passaporte brasileiro lhe daria direito a viajar para as Américas do Norte, Central (exceto Cuba) e do Sul, além da Europa, Ásia, África e Oceania. Na página 6 do mesmo documento,¹⁰⁴ encontra-se uma “ficha de controle” com os principais dados do brasileiro e a referência ao Pedido de Busca expedido contra ele. Nessa ficha, ele é considerado como “foragido”. Na página 9 consta a cópia do telex nº 905-8/102, com data de 24 de fevereiro de 1976, que é uma resposta enviada pelo então chefe responsável do CIE, o coronel Carlos Pinto, sobre o apelo de seus pais ao Itamaraty:

Imprensa RJ e SP veicula noticiário sobre subversivo Sidney Fix Marques dos Santos, constando apelo seus pais ao Itamarati [sic] para que realize gestões junto gov RA para localizá-lo. Declaram ter mesmo desaparecido naquele país 15 fev 76. Ref subv foi objeto informação NR 1705/s-102 A6 deste centro, de 15 set 75.

117. O relatório da agência de São Paulo do SNI¹⁰⁵ evidencia que Marques dos Santos vinha sendo monitorado pelo menos desde 1973. À página 11 desse documento, os agentes da repressão informam que:

18 mar 73 – Prot. 1.468 – Relatório sobre reunião realizada no DOI, em 14 de março de 73, da qual consta informe Dops, segundo o qual SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS, vivendo no exterior, deseja voltar ao BRASIL.

No mesmo documento, à página 12, informa-se:

14 fev 74 – Prot. 657 – Informe (A-1) 02-B, de 11 Fev 74, do SI/Deops/SP – Dá conta de ter recebido comunicação segundo a qual SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS encontra-se na ARGENTINA.

118. O documento AC_ACE_91957_76 do fundo SNI, produzido por agentes do CIE, informa, à página 8, que Marques dos Santos “casou-se com Leonor Elvira Cristalli, filha do comunista trotskista ‘Juan Posadas’, nome falso de Homero Romulo Cristalli” (página 8). Na página 1, comunica-se que Posadas foi substituído na direção da seção brasileira da IV Internacional por seu genro, Sidney, e sua filha Leonor. (página 1).

119. Em carta a familiares, datada de 7 de agosto de 1975 – pouco mais de oito meses antes do golpe que depôs a presidente argentina Isabelita Perón em 24 de março de 1976 –, Sidney Fix comenta a crise política no país vizinho:

Se vai a uma definição inevitável a curto prazo. Há somente duas saídas históricas possíveis. Ou o “pinochetazo” (aqui teriam que fuzilar dez vezes o que os nazistas da Junta chilena fizeram no Chile), acabar com os sindicatos, fazer a gente comer capim – logi-

camente, como soem ser essas coisas, para “defender a Pátria”, a “civilização cristã” etc. Ou então uma democratização real e medidas contra os latifundiários, os monopólios, estatizações, formas de planificação da economia, mobilizar o esforço consciente do povo, que vejam que estão trabalhando para sua própria felicidade, não para engordar os parasitas. Nós estamos seguros que o caminho vai ser este último, que a direita não tem mais força, nem condições concretas para impor-se – começando pelo próprio Exército, onde cada vez é maior a força dos setores dispostos a uma aliança militares-sindicatos para uma saída de tipo nacionalista-revolucionária. Há um desemprego tremendo e uma das consequências que eu já sofri diretamente é que perdi o meu... Mas o que é impressionante aqui é que não há desânimo, pessimismo nas pessoas, todas estão seguras que vão para a frente, de que se vai triunfar.¹⁰⁶

Na mesma carta,¹⁰⁷ Sidney Fix narra os trâmites para conseguir o passaporte brasileiro. Carta de seu irmão Paulo Fix¹⁰⁸ encontrada no Arquivo Nacional revela que a partida de Sidney para a Europa já estava acertada e que a família iria a Buenos Aires para se despedir.

120. Sidney Fix desapareceu antes que ele pudesse reencontrar sua esposa e filha na Itália. O documento ACE_ACE_115300_78, do fundo SNI, produzido pelo CIE e intitulado “Retorno de grupos de asilados brasileiros”, com o anexo “Relação de exilados na Argentina: dados de qualificação e relação de nominados”, informa, à página 12, que: “Em 15 de fevereiro de 1976, desapareceu em Buenos Aires, após sua prisão pela Polícia Federal argentina, segundo subversivos radicados na RA, teria sido morto pela AAA”. Não foi encontrado qualquer outro documento que indique que Marques da Silva possa ter sido sequestrado e morto pela Aliança Anticomunista Argentina (AAA). Ao contrário, em carta dirigida a seu filho Paulo, Cherubim Marques dos Santos expressa sua descrença na possibilidade de Sidney ter sido sequestrado por membros da AAA:

Aqui no Brasil estamos desenvolvendo grande campanha e estou esperando audiência com o ministro Azeredo da Silveira, no Itamaraty, para o começo da próxima semana. Na Argentina, depois de quinze dias de verdadeira luta a única conclusão a que pudemos chegar – e que já é consoladora – é que seu irmão não deve estar nas mãos da AAA. Esta organização, pelo que sabemos lá, não aprisiona suas vítimas, matando-as imediatamente. Isto já representa para nós uma nesga de esperança e, tanto sua mãe como eu, acreditamos que ele, mais cedo ou mais tarde, irá aparecer com vida.¹⁰⁹

121. Em outra carta, desta vez endereçada à consulesa do Brasil em Buenos Aires, Ruth Maria Baião,¹¹⁰ Cherubim Marques dos Santos informa suas conclusões em relação aos motivos que levaram ao sequestro de seu filho.

O desenrolar dos acontecimentos argentinos leva-me à conclusão de que meu filho – assim como outros elementos da esquerda – foi detido pelas Forças Armadas em virtude do “golpe” que se articulava.

122. A conclusão a que chega o pai de Sidney naquele momento é respaldada, anos depois, por um documento secreto do Exército argentino, enviado ao prefeito naval do Atlântico Sul, em que se

indaga sobre brasileiros que tiveram solicitadas as suas capturas, entre eles Sidney Fix Marques dos Santos (página 6, item 37). O documento – que foi enviado para outros doze órgãos, inclusive a delegacia de Polícia Federal – é assinado pelo tenente Osvaldo Bernardino Paez, lotado no G-3 Comando subz 51.¹¹¹

123. A denúncia do desaparecimento forçado de Sidney Fix Marques dos Santos foi registrada e protocolada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), na Argentina, sob o nº 3.129. Não foi apresentado requerimento sobre o caso à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

1.2. FRANCISCO TENÓRIO CERQUEIRA JÚNIOR, DESAPARECIDO EM BUENOS AIRES, EM 18 DE MARÇO DE 1976

124. Francisco Tenório Cerqueira Júnior nasceu no dia 4 de julho de 1940 no Rio de Janeiro. É filho de Francisco Tenório Cerqueira e Alcina Lourenço Cerqueira. Tenório Júnior iniciou sua carreira artística aos quinze anos, quando estudava acordeão e violão. Posteriormente, dedicou-se ao piano, instrumento com o qual fez fama no universo musical. Compôs músicas, lançou discos, participou de vários festivais e realizou turnês no Brasil e no exterior, ao lado de consagrados nomes da música brasileira. Na década de 1970, tornou-se um dos mais requisitados artistas no Brasil.

125. Em 1976, Tenorinho – como era conhecido Tenório Júnior – acompanhava os músicos Toquinho e Vinicius de Moraes em uma turnê pela América do Sul, com apresentações em Buenos Aires, e *shows* que se estenderiam a Punta del Este e a Montevideú. Na capital argentina, na madrugada de 18 de março, exatamente seis dias antes do golpe militar que derrubou a presidente María Estela Martínez de Perón (Isabelita), Tenório Júnior saiu de onde estava hospedado – o Hotel Normandie, situado na esquina da Avenida Sarmiento com a Rua Rodriguez Peña – e foi detido em *blitz* na Avenida Corrientes, a uma quadra de seu hotel, e levado para a delegacia da Polícia Federal Argentina nº 5, na Rua Lavalle, esquina com Riobamba, no centro de Buenos Aires. O relatório *Victimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil*¹¹² informa que o primeiro dossiê arquivado como “S/ PARADERO ciudadano brasileño FRANCISCO TENORIO CERQUEIRA” (Mesa DS vários nº 14.387) está datado de 1º de agosto de 1976, na *Jefatura III*, originado por um pedido do paradeiro de Cerqueira Júnior vindo do Consulado-Geral do Brasil. Manoel Rodriguez Pineda, à época funcionário do consulado do Brasil em Buenos Aires, “indagou se existiam nessa chefatura antecedentes relacionados com o desaparecimento de Cerqueira Júnior”. O secretário-geral da Polícia da Província de Buenos Aires respondeu ao consulado que depois “da investigação realizada por esta chefatura, pode-se determinar que o nominado não se acha nem esteve detido no âmbito desta polícia”. Em depoimento dado à CNV, em 28 de abril de 2012, o ex-agente argentino do Grupo de Tarefas do Servicio de Información Naval Claudio Vallejos afirmou ter participado da captura de Tenório Júnior e que o teria levado para a Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA).¹¹³

126. Informação de 2006 para o subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, disponível no Arquivo Nacional,¹¹⁴ traz anexado trecho de relato de Manoel Rodriguez Pineda, que descreve buscas realizadas junto ao Corpo de Infantaria Motorizada, na cidade de La Plata, Argentina, onde aparentemente Francisco Tenório Júnior teria sido visto por enfermeiros do Comando de Operações Policiais, que habitualmente ali realizavam visitas para avaliar as condições

de saúde dos detentos. Apesar da insistência de Pineda em obter informações sobre a prisão de Tenório, foi-lhe dito por um oficial argentino de nome major Fleitas que ele “não poderia autorizar a identificação do detido em virtude de ser sua função outra e que, no caso, o Consulado ou a Embaixada é que devem se dirigir ao Ministério das Relações Exteriores e Culto para lograr esse objetivo”. As buscas por Tenório, no entanto, não puderam ter seguimento em razão do contexto de intensa repressão na Argentina e no Brasil no ano de 1976.

127. À época, o diplomata Marcos Henrique Camillo Cortes ocupava a função de ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, sendo considerado o “homem forte da Embaixada”. Cortes chefiara o Ciex de 1966 a 1968. Havia servido sob as ordens do embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., o idealizador do Ciex, na Embaixada do Brasil em Montevidéu e depois na Secretaria-Geral do MRE. Segundo entrevistas do agente argentino Claudio Vallejos à imprensa brasileira no ano de 1986, Cortes teria atuado no episódio do desaparecimento de Tenório de forma conivente com as forças argentinas de repressão.

128. Ouvido pela CNV em 19 de fevereiro de 2014,¹¹⁵ o embaixador Marcos Cortes negou a versão veiculada por Vallejos em suas declarações à revista *Senhor*, nº 270, de 20 de maio de 1986. Negou que houvesse visitado em algum momento a ESMA e disse que jamais encontrou o almirante Rubén Jacinto Chamorro, seu comandante. Cortes conjecturou que, na Embaixada brasileira, nem sequer o adido naval teria contato direto com a ESMA. Tal afirmação entra em contradição com depoimento de Amalia Larralde referido no relatório da Conadep, onde se lê: “*En febrero/marzo de 1979, el G.T. de la ESMA organiza un ‘Curso de Lucha Antisubversiva’, al que fueron invitados represores de Latinoamérica. Este curso tuvo lugar en la Escuela de Guerra Naval que queda dentro del predio ocupado por la ESMA. A este curso van torturadores del Uruguay, Paraguay, Bolivia, Nicaragua y si mal no recuerdo de Brasil y Guatemala*”.¹¹⁶

129. A CNV também ouviu em 22 de maio de 2014 a senhora Carmen Magalhães Tenório Cerqueira, a viúva de Francisco Tenório Cerqueira Júnior e o doutor Marlan de Moraes Marinho Júnior, o advogado da família.¹¹⁷ Foi aquela a primeira vez – frisou a viúva – em que a família pôde apresentar sua versão dos fatos a um órgão governamental brasileiro. Sobre as circunstâncias do desaparecimento de Tenório Júnior, confirmou que só dez anos depois daquele infausto acontecimento, pela precitada reportagem da revista *Senhor*, teve informações mais pormenorizadas acerca da morte de seu marido. Outra fonte de informação da família foram as reportagens do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, que circulou nos dias 19, 20 e 21 de abril de 1986 com declarações de Vallejos sobre Tenorinho e outros brasileiros presos, torturados e mortos na Argentina durante a ditadura militar. Nelas, Vallejos apontou os generais Newton Cruz, Otávio de Medeiros, Euclides de Figueiredo e Homem de Carvalho como os militares brasileiros mais bem informados sobre a conexão repressiva Brasil-Argentina no período da Operação Condor.

130. No ano de 2006, foi reconhecida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a responsabilidade “pela omissão do Estado brasileiro em proteger a vida e a integridade física de Francisco Tenório Cerqueira Júnior”.¹¹⁸

131. O procurador Miguel Ángel Osorio, responsável pelas investigações judiciais sobre a Operação Condor na Argentina, apresentou, em 28 de fevereiro de 2012, requerimento de instrução

sobre a tortura, a morte e o desaparecimento forçado de Francisco Cerqueira Tenório Júnior no âmbito da causa nº 10.961/2011 (“Plan Cóndor III”), da Justiça Federal argentina, como um crime “executado por integrantes da associação ilícita Operação Condor, de nacionalidade brasileira e argentina, entre eles uma pessoa que responderia pelo nome de Claudio Vallejos, de alcunha ‘el Gordo’”.¹¹⁹

1.3. MARIA REGINA MARCONDES PINTO, DESAPARECIDA EM BUENOS AIRES, EM 10 DE ABRIL DE 1976

132. Maria Regina Marcondes Pinto nasceu em 17 de julho de 1946 em Cruzeiro (SP), filha de Benedito Rodrigues Pinto e Iracy Ivette Marcondes Pinto, e desapareceu em 10 de abril 1976, em Buenos Aires, Argentina. No Brasil, Maria Regina Marcondes trabalhava como bancária e fazia o curso noturno de Ciências Sociais. Em fins de 1969, ela saiu do país com documentação legal e foi para Paris, onde já se encontrava seu companheiro, o professor de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), Emir Sader, perseguido político. Após permanecer cerca de seis meses em Paris, o casal decidiu ir para Santiago do Chile, integrando o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Depois do golpe militar contra Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, o casal deixou o Chile. Sader foi para a Argentina e Maria Regina veio para o Brasil, reencontrando-se depois com o companheiro em Buenos Aires, onde viveu até seu desaparecimento em abril de 1976. Na capital argentina, dava aulas de português em uma escola de línguas.

133. Como tantos outros brasileiros no exterior, Maria Regina estava sob constante vigilância das forças de repressão do Brasil. Em 29 de novembro de 1972 foi expedido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) o Pedido de Busca nº 2.196 contra Maria Regina Marcondes Pinto, conforme o documento BR_DFANBSB_Z4_PES_0278, pp. 35-36, do Fundo DSI/MRE, encontrado no Arquivo Nacional. No documento consta a ficha da brasileira na DSI/MRE. Às páginas 1 e 2, no item 1, é mencionada a existência do ofício nº 313, do Consulado-Geral em Santiago, solicitando informações sobre a brasileira. No item 5 está registrada a troca de despacho telegráfico entre o Consulado brasileiro em Santiago e a Embaixada do Brasil no Panamá. O título do despacho é: “Brasileiros no Chile – saída para outros países”. É importante enfatizar que, após o golpe no Chile, vários brasileiros buscaram refúgio na Embaixada panamenha e de lá conseguiram asilo em outros países – dentre eles Maria Regina Marcondes Pinto.

134. Nos arquivos da ditadura brasileira, não foram localizadas informações sobre o período em que Maria Regina Marcondes Pinto viveu na Argentina após o golpe contra Salvador Allende em setembro de 1973. Relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, traz sobre Maria Regina as seguintes informações: “ABR/73, exilada no Chile de 1970 a 1973 e na Argentina desde 1973, desapareceu após ser sequestrada, em companhia do chileno EDGARDO ENRÍQUEZ ESPINOZA (Diário Oficial da União nº 60, de 28/03/1981 – DOU-SP)”. Relatório do Ministério do Exército, também de 1993, registra que: “Em 8 de abril de 1976, foi presa na ARGENTINA, juntamente com EDGARDO ENRÍQUEZ, membro da Comissão Política do MIR chileno, quando cumpria tarefas ligadas às atividades subversivas naquele país”.¹²⁰

135. No ano de 1994, o deputado Nilmário Miranda, no bojo das atividades da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, enviou requerimen-

to de informações ao Ministério do Exército indagando sobre as fontes das informações sobre Maria Regina Marcondes Pinto e outros mortos e desaparecidos, mas não houve resposta das Forças Armadas a respeito do assunto.

136. Investigações posteriores realizadas pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) definiram que a execução do chileno Edgardo Enríquez teve lugar no dia 10 de abril de 1976, em Buenos Aires. Foram localizadas fichas datiloscópicas de Enríquez no hospital Pirovano, onde veio a falecer em consequência dos disparos de arma de fogo que sofreu. Foram também localizados documentos sobre o sepultamento de Enríquez no cemitério da Chacarita, com um nome falso, mas descobriu-se que seus restos mortais haviam sido removidos para um osuário geral onde não puderam ser identificados.

137. Presume-se que Maria Regina Marcondes Pinto tenha sido sequestrada em Buenos Aires no mesmo dia em que Edgardo Enríquez foi executado. Maria Regina residia em um apartamento a poucas quadras do local onde Enríquez foi recolhido e levado para o hospital, mas não existem testemunhos ou documentos que forneçam detalhes mais precisos sobre as circunstâncias de seu sequestro e desaparecimento em Buenos Aires.

138. Documento da CIA intitulado *Weekly Summary*, de 2 de julho de 1976,¹²¹ parcialmente desclassificado e que confirma que Edgardo Enríquez foi preso em Buenos Aires no dia 10 de abril, traz também a informação de que, enquanto isso (“*meanwhile*”), foi entregue pela Argentina às autoridades chilenas “*a Brazilian political exile wanted by Santiago*” – um exilado(a) brasileiro(a) procurado(a) em Santiago. O fato de o documento estar apenas parcialmente desclassificado pela CIA e estar tarjado em várias de suas passagens não permite que se avance no esclarecimento dessa grave violação de direitos humanos cometida contra uma cidadã brasileira no exterior.

139. Após o desaparecimento forçado de Maria Regina Marcondes Pinto, sua mãe registrou denúncia sobre seu desaparecimento na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), na Argentina, protocolada sob o nº 3.089. No monumento do parque da Memória, às margens do rio da Prata, em Buenos Aires, erigido como um espaço simbólico de aversão ao terrorismo do Estado, estão inscritos os nomes dos mortos e desaparecidos da ditadura argentina (1976-83). Ali está o nome da brasileira Maria Regina Marcondes Pinto. O Estado argentino reconheceu a responsabilidade por seu desaparecimento por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina. Não foi apresentado requerimento sobre o caso à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

2. CIDADÃOS ARGENTINOS MORTOS E DESAPARECIDOS NO BRASIL, VÍTIMAS DE MECANISMOS DE COORDENAÇÃO REPRESSIVA POSTERIORES À FORMALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR

2.1. NORBERTO ARMANDO HABEGGER, CIDADÃO ARGENTINO DESAPARECIDO NO RIO DE JANEIRO, EM 31 DE JULHO DE 1978

140. O cidadão argentino Norberto Armando Habegger era jornalista, ensaísta e escritor. Em 1964, era secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã na Argentina. Em 1968, Habegger foi um dos fundadores da organização Descamisados, que se uniu aos Montoneros no ano de 1972. Como

jornalista, Habegger escreveu em importantes jornais da Argentina, Chile e Uruguai. No ano de 1978, era secretário político do Movimento Peronista Montonero e, durante a Copa do Mundo daquele ano, que teve lugar na Argentina, capitaneou forte campanha de denúncias das atrocidades cometidas pela ditadura militar que tinha à frente o general Jorge Rafael Videla.

141. Norberto Habegger desapareceu em 31 de julho de 1978, quando chegou ao Rio de Janeiro (RJ), proveniente da cidade do México, em um voo da companhia aérea PanAm. Desapareceu no Rio de Janeiro, depois de manter contato telefônico com seus companheiros de organização que se encontravam na Espanha. Usava documentos de um cidadão argentino de nome “Hector Esteban Cuello”. O nome de Norberto Habegger consta no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos e na lista anexa à Lei nº 9.140/95. Em depoimento à CEV-RIO e à CNV no dia 30 de outubro de 2013, Andrés Habegger, filho de Norberto Habegger, declarou:¹²² “O que temos conhecimento é que ele [Norberto Habegger] foi detido por três militares argentinos que, atualmente, estão presos na Argentina por causa de outro crime. Eles teriam tido a ajuda da repressão brasileira para capturá-lo”. Foram apontados por Andrés Habegger como responsáveis pelo sequestro de seu pai os militares argentinos Enrique José Del Pino, Alfredo Omar Feito e Guillermo Victor Cardozo, atualmente cumprindo pena em razão de crimes contra a humanidade cometidos em centros clandestinos de detenção e extermínio sob a jurisdição do Primeiro Corpo do Exército Argentino.¹²³

142. As circunstâncias do desaparecimento sugerem que Norberto Armando Habegger foi capturado em uma operação conjunta de agentes da repressão brasileiros e argentinos. Essa operação consistia em uma parceria estreita entre o Centro de Inteligência do Exército brasileiro (CIE) e o Batalhão de Inteligência 601 do Exército argentino para ações de captura, montagem de bases secretas e infiltração de agentes. O objetivo era monitorar a movimentação de militantes de esquerda do país vizinho em território brasileiro.

143. Conforme informações contidas no documento oriundo do SNI BR_ANBSB_N8_PSN_EST_094, onde se encontram consignadas algumas atas das reuniões dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas, a cooperação entre os serviços de inteligência do Brasil e da Argentina na repressão aos integrantes de grupos insurgentes argentinos em território brasileiro foi idealizada pelos altos escalões das Forças Armadas.

144. Nesse cenário, cumpre esclarecer que durante referidas reuniões eram debatidas informações de inteligência, obtidas pelos órgãos da repressão, relativas ao cenário internacional. Com relação ao tem em questão, verifica-se na *Ata da 69ª reunião dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas* que foi discutida a “situação de estrangeiros no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)”. Os agentes de informações do SNI observam que “os serviços responsáveis pela segurança interna têm manifestado preocupação quanto aos antecedentes de algumas pessoas relacionadas pelo ACNUR, cuja seleção e triagem não se processam de maneira muito rigorosa”.

145. Consta ainda a informação de que os estrangeiros se locomoviam livremente pelo país, em razão da incapacidade do ACNUR em monitorar seus refugiados, e poderiam participar de possíveis atividades subversivas contra o Brasil ou contra seu país de origem: “Há indícios de que o ACNUR vem dando prioridade aos elementos originários da Argentina”; e ressaltam que “o recente

decreto aprovado pelo Governo argentino, concedendo ao preso político o direito de opção para deixar o país, deverá aumentar o afluxo de refugiados buscando a proteção do Comissariado”. O parágrafo final do documento demonstra a preocupação dos agentes com os possíveis “subversivos” que estariam no país e deixa claro que, para eles algo mais contundente deveria ser feito.

À luz de tudo o que foi exposto e considerando que as medidas até então adotadas – visando ao controle eficiente e rigoroso dos estrangeiros que entram no país sob a proteção do ACNUR – são consideradas insuficientes para enfrentar o crescente problema, ficou decidido que seria elaborada pelo grupo que estuda o assunto uma informação às autoridades competentes sugerindo outras e mais eficazes medidas para uma solução mais adequada do problema.¹²⁴

Ademais, destaca-se a informação de que

a situação de estrangeiros – argentinos em sua maioria – que se encontram no BRASIL sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), vem sendo estudada por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Serviço Nacional de Informações e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.¹²⁵

146. Para ilustrar os fatos apresentados até o momento, o documento AC_ACE_112675_78 demonstra claramente a cooperação militar e a troca de informações de inteligência entre a Argentina e o Brasil. Nesse documento, datado de junho de 1978, ou seja, um mês antes do desaparecimento de Habegger, estão relatadas as atividades de grupos “subversivos” argentinos em território estrangeiro, sendo evidente o conhecimento de ambos os serviços de inteligência sobre a possível entrada no Brasil de Norberto Habegger, então integrante do comando dos Montoneros, na qualidade de secretário político (página 11). O mesmo documento faz menção a Horacio Campiglia como secretário militar no âmbito da estrutura dos Montoneros, assim como a suas atividades no México e no Brasil. Horacio Campiglia também foi sequestrado no Rio de Janeiro, em março de 1980, juntamente com Mónica Pinus de Binstock, ambos desaparecidos políticos.

147. Em 25 de março de 2014, o coronel Paulo Malhães fez revelações sobre uma operação militar encoberta desenvolvida por Brasil e Argentina entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, à qual se referiu como “Operação Gringo”. Durante seu depoimento à CNV,¹²⁶ Malhães informou que os repressores argentinos iniciaram as buscas por “subversivos” argentinos em território nacional e contaram com a colaboração de todo o efetivo de agentes do CIE do Rio de Janeiro. Segundo Malhães:

A Operação Gringo foi [iniciou quando] eles [argentinos] começaram a procurar a gente. Não só eles, não. Graças a Deus nosso sistema de informações criou fama. Superou as fronteiras [...]. No começo foi o Chile, foi por acaso também, mas foi o Chile. [...] Estou abrindo uma frente, de que eu atuei. Porque houve uma coincidência. Quando nós estávamos acompanhando elementos de organizações subversivas, começou a aparecer uma série de argentinos naquela área que dá asilo político, acho que é em Botafogo ali, não é? [...]. Começaram a aparecer uma porção de argentinos. A girar por ali. Nós não tínhamos nada que fazer. Eu disse: “você vão para a rua e me fotografam todos os argentinos que vocês virem”. E o pessoal saiu e clic, e clic. Isso que esse pessoal gosta de fazer. E eu guardei essas fotos. Os argentinos, quando a repressão começou a aumentar muito na Argentina, eles souberam

que vários comandantes, Comando Nacional, tinham migrado para o Brasil. Então, eles vieram e perguntaram se a gente tinha noção. Depois de entendimento e autoridade, não foi por nossa conta não. [...] Ministro com ministro, presidente com presidente, aí apareceram lá para nós. Eu digo: “eu tenho uma porção de fotografias. Nós não reconhecemos ninguém porque não conhecemos ninguém, mas eu tenho as fotografias para vocês verem”. Mostrei as fotografias. Esse [é] não sei quem do ERP, esse é não sei quem do Tupamaro. Esse eu não sei quem [...], eles [os argentinos] mesmo foi que identificaram. Porque eles tinham um grave defeito [...] eles prendiam e matavam. Eles não interrogavam.

148. Malhães informou ainda que conversou com os repressores argentinos sobre as execuções sumárias dos militantes encontrados, declarando que eles deviam ser “interrogados” a fim de que se pudesse descobrir a identidade e o paradeiro de outros companheiros de partido dos presos, até que se chegasse aos principais membros de organizações de esquerda. Sobre essa conversa, Malhães afirmou ter dito aos argentinos: “Mas vem cá, vocês tiveram o trabalho de prender e não interrogaram?”. Segundo Paulo Malhães, após essa “troca” de experiência, os agentes argentinos “ficaram praticamente acoplados uma temporada” com os agentes brasileiros do CIE. De acordo com o anexo nº 8 (fl. 5), do Relatório do CIE denominado Operação Gringo/CACO nº 11/79, de 31 de dezembro de 1979, apreendido na residência de Paulo Malhães durante busca e apreensão realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 28 de abril de 2014:

No nosso trabalho, a entidade que mais se sobressai no apoio aos refugiados políticos alienígenas é a CARITAS BRASILEIRA [...] Suas atividades no BRASIL, em apoio aos subversivos do continente, em especial do CONE SUL, têm sido alvo de nossas operações de informações [...].

149. Na mesma esteira, durante seu depoimento à CNV em 7 de fevereiro de 2014,¹²⁷ o ex-analista do DOI-CODI Marival Chaves Dias do Canto explicou como foi montada a Operação Gringo:

[...] Eles pegaram um gringo, [...] esse sujeito eu não sei o nome dele, [...] veio para o Brasil e passado ao controle dos militares [...] da seção de operações do CIE, que tinha esse braço no Rio de Janeiro. E aí criou-se a chamada Operação Gringo. [...] Esse agente infiltrado, argentino, o que ele fazia? Ele se ligava com vários indivíduos ativistas e organizações também. Eu sei que ele fez contato com um sujeito que foi preso lá atrás, numa fazenda, lá no Mato Grosso, lá atrás. São dois irmãos que, nessa ocasião do contato, estavam militando no PCdoB. Esse sujeito produziu muita informação, e ele era assalariado. Era por conta dessa operação que a Argentina mandava U\$ 20 mil para cá todo mês.

Indagado sobre a origem dessa informação, Marival Chaves disse que ficou sabendo da operação no CIE em Brasília, por meio de comentários. Marival revelou ainda que o responsável em Brasília pelo “controle” dos agentes infiltrados da Operação Gringo era o sargento Jacy Ochsendorf:

Quem controlava essa operação aqui em Brasília era o seu irmãozinho aí, irmãozinho que eu digo que era o irmão mais jovem, né? Era o Jacy Ochsendorf. O Jacy era o controlador dessa operação, era o sujeito que analisava a operação, que condensava a operação, que recebia [as informações].

150. No Boletim Interno Reservado nº 9, do Ministério do Exército, de 30 de setembro de 1981, está consignado elogio do então coronel José Antônio Nogueira Belham, chefe de operações do CIE, ao segundo-sargento Jacy Ochsendorf e Souza:

Ao ensejo de minha saída da Seção de Operações do CIE, é por dever de justiça e por um preito de reconhecimento que louvo e agradeço ao segundo-sargento JACY OCHSENDORF E SOUZA a colaboração prestada a essa chefia. Como integrante da S/104.1 – Subseção de Agentes Especiais e Operações Correntes, sempre conduziu seus trabalhos com dedicação, eficiência e competência, tornando-se um dos responsáveis pelos êxitos alcançados pela S/104 (Seção de Operações).

151. Sob a chefia do coronel José Antônio Nogueira Belham, Jacy Ochsendorf integrou a subseção do CIE responsável por “agentes especiais” de 1978 a 1981, período no qual desapareceram três cidadãos argentinos no Brasil (Norberto Habegger, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock) e dois cidadãos argentinos (Liliana Inés Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa) cometeram suicídio na eminência de serem presos na fronteira Brasil-Argentina. Segundo o anexo nº 12 (fl. 5), do Relatório da Operação Gringo/CACO nº 11/79,¹²⁸ de 31 de dezembro de 1979, “O ESCRITÓRIO-RIO tem enviado ao CIE, através da S-104, vários informes, com pertinência e veracidade, sobre a atuação dos MONTONEROS no BRASIL”. Revela ainda o mesmo documento:

Desde 1977 até o desaparecimento do MONTONERO NORBERTO HABEGGER, o BRASIL era a mais importante base na AMÉRICA DO SUL desde ORGANIZAÇÃO subversiva. Estiveram morando no RIO DE JANEIRO-RJ membros da CONDUCCION NACIONAL, como RAUL CLEMENTE YAGER e HORÁCIO MENDIZABAL (falecido), acompanhados de elementos do mais alto nível, como PEREIRA ROSSI – “CARLON” – Secretário de Propaganda, HORÁCIO CAMPIGLIA “PETRUS” – Secretário Militar e “EDGARDO”, segundo chefe do Estado-Maior do EXÉRCITO MONTONERO. [...] A fim de poder aprofundar o conhecimento e análise dos acontecimentos e indícios da BASE BRASIL, decidiu-se por uma tentativa de infiltração nestes setores que, convenientemente dirigida, possibilitasse a obtenção de resultados positivos, em um lapso relativamente curto [...].

152. Diante dos documentos e testemunhos expostos, está claro que graves violações de direitos humanos foram praticadas contra cidadãos argentinos em território brasileiro, por ações de agentes brasileiros e argentinos, com o conhecimento de altas autoridades governamentais do Brasil e da Argentina.

2.2. HORACIO DOMINGO CAMPIGLIA E MÓNICA SUSANA PINUS DE BINSTOCK, CIDADÃOS ARGENTINOS, DESAPARECIDOS NO RIO DE JANEIRO EM 12 DE MARÇO DE 1980

153. A coordenação repressiva ilegal entre Brasil e Argentina voltou a operar em março de 1980, menos de sete meses após a promulgação da Lei da Anistia no Brasil, quando um avião da Varig, proveniente de Caracas, desceu no aeroporto internacional do Galeão, no Rio de Janeiro. Foi o destino final da viagem de Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia, que começou

no México e fez escalas no Panamá e na Venezuela, até chegar ao Rio de Janeiro em 12 de março de 1980, data na qual Horacio Campiglia e Mónica Pinus de Binstock desapareceram.

154. Horacio Domingo Campiglia, 30 anos, e Mónica Susana Pinus de Binstock, 27, eram cidadãos argentinos e portavam passaportes em nome de Jorge Piñeiro e Maria Cristina Aguirre de Prinsot. Campiglia fazia parte do comando militar dos Montoneros, grupo guerrilheiro ligado ao peronismo, e liderava as chamadas TEL, Tropas Especiais de Infantaria treinadas pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no sul do Líbano. Os montoneros exilados executavam um plano de retorno ao país, mas encontraram dura reação do governo militar argentino, organizado para interceptá-los ainda no exterior, antes de chegarem à Argentina. O grupo responsável pelo sequestro de Horacio Campiglia e Mónica Pinus de Binstock no Rio de Janeiro era formado por agentes do Batalhão 601, tropa do serviço de Inteligência do Exército argentino, braço operacional da Condor no exterior. Segundo testemunho do agente argentino Norberto Cendón ao Conadep, a repressão de Buenos Aires mantinha centros fixos nas duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, além de uma base em Paso de Los Libres, cidade argentina separada por uma ponte da gaúcha Uruguaiana. Quatro oficiais e dois civis, todos atuando com codinomes, operavam cada base do Batalhão 601.¹²⁹

155. Desde dezembro de 1978, o novo adido militar da Argentina em Brasília era o coronel Jorge Ezequiel Suárez Nelson, que deixara em Buenos Aires o posto de chefe da central de reuniões de informações do Batalhão 601. Suárez foi removido do posto em Brasília apenas em janeiro de 1981, menos de dez meses após o sequestro de Campiglia e Mónica no Galeão. Só no ano de 1980, 20 militantes dos Montoneros morreram tentando regressar à Argentina. O coronel voltou à Argentina e, em fevereiro de 1981, assumiu o posto de subsecretário da Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE), o organismo que instalou em Buenos Aires, com a OCOA uruguaia, o centro clandestino de detenção e torturas “Automotores Orletti”.

156. A importância dos alvos sequestrados no Rio de Janeiro mede-se pelo aparato montado para caçá-los. Sob torturas, um militante montonero preso revelou na Argentina a ida de Campiglia ao Rio de Janeiro, um dos cinco líderes militares mais importantes do grupo. A fim de realizar essa operação de sequestro no Rio de Janeiro, o comando do Batalhão 601 entrou em contato com o serviço de inteligência do Exército brasileiro. Uma equipe de busca do Batalhão 601 embarcou em Buenos Aires num Hércules C-130 da Força Aérea argentina, que desembarcou no Rio de Janeiro, provavelmente na base aérea do Galeão, a fim de capturar Campiglia e Binstock. Os detalhes dessa operação ficaram conhecidos por meio da desclassificação de documentos pelo Departamento de Estado norte-americano, nas revelações de um memorando enviado ao embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Raúl Castro, pelo seu oficial de segurança regional, Regional Security Officer (RSO), James J. Blystone. O documento datado de 7 de abril de 1980, 26 dias após o sequestro no Rio de Janeiro, narra, com base em informações de fonte da inteligência argentina, circunstâncias da conexão repressiva entre Brasil e Argentina. Blystone informa no seu memorando secreto: “Os dois montoneros do México foram capturados vivos e devolvidos à Argentina a bordo do C-130”. O oficial de segurança da Embaixada norte-americana relata detalhes que as autoridades brasileiras não deveriam ignorar:

Os argentinos, para não alertar os montoneros, utilizaram uma mulher e um homem argentinos para que se registrassem em um hotel utilizando os documentos falsos obtidos com os dois montoneros capturados, deixando dessa forma a pista de que os dois montoneros do México haviam chegado ao Rio...¹³⁰

O agente americano encerra dizendo que Campiglia e Mónica foram levados do Rio de Janeiro para El Campito, o centro clandestino de detenção do quartel de Campo de Mayo, na capital, a maior guarnição do Exército argentino.

157. No ano de 2013, foi localizada na Argentina petição do tenente-coronel Eduardo Francisco Stigliano, de 19 de novembro de 1991, dirigida ao Estado-Maior do Exército argentino em pleito de indenização, no qual, entre outras considerações, o militar relata a visita do general Leopoldo Galtieri, então chefe do Estado-Maior do Exército argentino, ao centro clandestino El Campito. Segundo o tenente-coronel Stigliano, o propósito da visita de Galtieri “era dialogar com o delinquente subversivo ‘Petrus’ [codinome de Horacio Campiglia], que havia sido capturado [no Brasil] por uma seção sob minhas ordens”.

158. A fim de esclarecer outros detalhes da circunstância do sequestro e desaparecimento forçado de Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia no Rio de Janeiro, a CNV solicitou à FAB informações sobre voos de aeronaves militares argentinas entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro em março de 1980, mas não obteve resposta.

2.3. LILIANA INÉS GOLDENBERG E EDUARDO GONZALO ESCABOSA, CIDADÃOS ARGENTINOS, MORTOS POR SUICÍDIO NA IMINÊNCIA DA PRISÃO, EM 2 DE AGOSTO DE 1980

159. Outro exemplo da coordenação repressiva ilegal entre Brasil, Argentina e Paraguai são as mortes por suicídio, na iminência de sequestro e prisão ilegal, dos argentinos Liliana Inés Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa, ocorridas no dia 2 de agosto de 1980, durante a travessia do casal de Porto Meira, em Foz do Iguaçu, a Puerto Iguazú, na Argentina. Liliana Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa eram militantes da organização Montoneros. Entre 1977 e 1980, Liliana viveu na Espanha cumprindo tarefas para sua organização. Em 1980, Liliana e Eduardo decidiram voltar à Argentina para combater a ditadura militar, optando por regressar ao seu país natal via Foz do Iguaçu. O jornalista Aluísio Palmar, em artigo publicado em fevereiro de 2004, descreveu o episódio do suicídio do casal:

Num sábado, 2 de agosto de 1980, Liliana, de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de trinta anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como “Tatu”. Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal.

Cercados, Liliana e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana argentina. Assim que perceberam ter caído numa cilada, Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram uns comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto.

Os religiosos italianos sumiram. Tatu foi convocado à Capitania dos Portos de Foz do Iguazu e à Prefectura Naval de Puerto Iguazú e aconselhado a esquecer a morte dos jovens argentinos ocorrida em sua lancha.

Ao cobrir esse caso na época para o jornal O Globo, eu procurei a Capitania dos Portos para saber que providências as autoridades navais de Foz do Iguazu iriam tomar; se seria aberta uma sindicância, como é de praxe nesse tipo de acontecimento. A resposta que recebi foi curta e grossa. O oficial que me atendeu disse que o incidente ocorrera do “lado de lá”, e em seguida mandou um marinheiro me acompanhar até a porta de saída.

Esqueceu-se de que o fato ocorrera também em barco brasileiro, portanto sob jurisdição nacional. Mas como nossa democracia estava engatinhando e o país ainda era governado pelos militares e a Lei de Segurança Nacional estava em pleno vigor, a morte do casal argentino e a participação de policiais brasileiros na emboscada foram parar no esquecimento dos arquivos inacessíveis.¹³¹

160. No ano de 2012, Aluizio Palmar divulgou documento militar paraguaio intitulado *Ingreso de terroristas argentinos a su país a través del nuestro*, localizado no “Arquivo do Terror”, em Assunção. O referido documento é assinado pelo general Alejandro Fretes Dávalos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas paraguaias, e pelo coronel Benito Guanes Serrano, chefe do serviço de inteligência do Exército do Paraguai, e foi elaborado com base em informações provenientes do serviço de inteligência da Marinha argentina, com vistas ao compartilhamento pelo lado brasileiro.¹³²

161. A comunicação do serviço de inteligência paraguaio indica estreita coordenação entre Argentina, Paraguai e Brasil na vigilância de um casal não identificado de integrantes das TEI dos Montoneros que, segundo declarações de dois outros integrantes capturados pela Marinha argentina, pretendia ingressar no Paraguai por volta do dia 15 de julho (de 1980), “*proveniente de LIMA o de BRASIL por vía aérea*”. Informe do Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, de 12 de agosto de 1980, intitulado “SUICÍDIO DOS MONTONEROS – LILIANA INÉS GOLDEMBERG E EDUARDO GONZALO ESCABOSA EM PUERTO IGUAZÚ/RA”, indica o conhecimento detalhado do episódio pelas autoridades brasileiras e o compartilhamento de informações entre os órgãos da repressão de Brasil e da Argentina após o suicídio do casal de militantes montoneros.¹³³

3. FLÁVIO TAVARES, CIDADÃO BRASILEIRO SEQUESTRADO EM 14 DE JULHO DE 1977, TORTURADO E DETIDO ARBITRARIAMENTE NO URUGUAI

162. Flávio Aristides de Freitas Tavares, jornalista e advogado, militou na organização Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Foi preso três vezes no Brasil, sendo a primeira em Brasília, logo após o golpe, em 1964, dentro da redação do jornal *Última Hora*, do qual era correspondente. A segunda prisão ocorreu em agosto de 1967, em sua casa, em Brasília. Tavares foi entregue à polícia do Exército e interrogado por 72 horas consecutivas. Lá permaneceu preso por quase cinco meses e foi solto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A última prisão de

Flávio Tavares no Brasil aconteceu no dia 6 de agosto de 1969, no Rio de Janeiro RJ, onde ele foi entregue ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC). O jornalista deixou o cárcere trinta dias após sua prisão, em troca da libertação do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick. Banido, Flávio Tavares foi juntamente com outros catorze presos políticos para o México e desde então foi constantemente vigiado como comprovam vários documentos analisados pela CNV, um deles intitulado “FLÁVIO TAVARES. Atividades na Argentina”, com data de 16 de junho de 1975, do Ciex.¹³⁴ No México, voltou a trabalhar na sua profissão, ingressando no jornal *Excelsior*, em virtude do qual, como correspondente, viria a mudar-se para Buenos Aires em julho de 1977. Na capital da Argentina, além do *Excelsior*, Tavares passou também a escrever para o jornal *O Estado de S. Paulo* com o pseudônimo de Júlio Delgado.

163. Tavares conta em seu livro *Memórias do esquecimento* (2012) que no dia 11 de julho de 1977, a pedido do jornal *Excelsior*, foi a Montevideu interceder em favor de Graziano Pascale, também correspondente do jornal mexicano. O jornalista uruguaio havia sido preso por escrever artigo considerado “ofensivo” pelos militares de seu país. Três dias depois, quando tentava embarcar de volta para Buenos Aires no aeroporto de Carrasco, Tavares foi sequestrado por agentes da repressão uruguaia, por volta das 21h30. Em relato, o agente do Ciex Alberto Conrado Avegno, usando o codinome Zuleica, informou que Tavares fora seguido e se encontrara com Leonel Brizola antes de ir até a Embaixada mexicana.¹³⁵ Classificado como “pessoal e secreto” e datado de 19 de setembro de 1977, o documento revela que

a polícia política tinha instruções de prender Tavares na última hora, pois sabia o OCOA que Tavares estava envolvido com o senhor Arroyo Parra, diplomata mexicano e também um tal “Oscar” que a polícia política dizia que realmente existia e que pertencia a uma rede de espionagem russa no Uruguai.

164. Avegno dá detalhes sobre a prisão de Flávio Tavares e informa que Tavares deixou sua mala na portaria do hotel Iguazu e foi almoçar. Nesse ínterim, a polícia teria aberto a mala do jornalista e encontrado uma fita cassete. O informante relata que a polícia recolocou a fita cassete na mala, após ouvi-la, enquanto Tavares já estava na portaria tentando efetivar o pagamento da conta. Tavares deu uma nota de alto valor e o funcionário do hotel disse não ter troco. Em depoimento à CNV no dia 20 de outubro de 2014,¹³⁶ Tavares questionou o relatório de Avegno, afirmando que a fita cassete que lhe havia sido entregue pelo adido cultural do México, Cuitláhuac Arroyo Parra, não estava em sua mala, mas no bolso de seu casaco, onde também estavam três folhas manuscritas por ele “em francês, com letra bem miúda”. O jornalista havia anotado nelas o organograma da “Loja dos Sete Irmãos”, denominação dada no próprio Exército uruguaio ao grupo militar que controlava o Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCOA). Tavares tinha escrito nomes de dirigentes e os locais onde se situavam os centros secretos de tortura utilizados pelo organismo.

165. O documento do Ciex relata que Avegno leu carta endereçada ao cônsul adjunto do Brasil José Dácio Afonso Miranda e escrita por Flávio Tavares, depois que este fora preso.¹³⁷ A partir das informações encontradas, Avegno – que era pago pela Embaixada do Brasil em Montevideu – produziu relatório em 16 de setembro de 1977, intitulado “Carta interceptada ao subversivo Flávio Tavares”.

O agente esteve com o original dessa carta, escrita em letra miúda, em duas laudas e data-ta [sic] de 31 de agosto. A carta caiu no dia 2 de setembro. A carta lhe foi cedida para ler na sede de OCOA, Comando de Operações Antissubversivas, que foi o lugar onde Tavares esteve com o capuz durante as primeiras dezenove horas e onde foi apertado para falar.

166. A carta de Tavares fora interceptada pela Dirección Nacional de Información y Inteligencia (DNII) e fora dada a conhecer a Avegno na própria sede do OCOA, local onde Tavares permaneceu nas primeiras 24 horas do sequestro. De acordo com o relatório do agente do Ciex, o cônsul Miranda estava sendo informado de “que as primeiras dezenove horas [de Tavares no cárcere] não tinham sido boas”. Para os militares do OCOA, “o X da questão é o conhecimento que disse o cônsul ter do mau tratamento que recebeu Tavares” durante esse tempo inicial no cárcere.

167. Após três meses de detenção arbitrária no Uruguai, onde sofreu bárbaras torturas em centro clandestino, foi permitido a Flávio Tavares tomar um banho – sem vendas e algemas – antes de ser levado a um juiz militar. Este o informou de que Tavares estava sendo processado por “espionagem contra o Uruguai”. Dois dias depois Tavares foi removido para o Cárcere Central de Montevideú, onde permaneceu por mais seis meses, em cela solitária. Foi libertado depois de uma campanha intensa na mídia brasileira e internacional movida, dentre outros, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). Flávio Tavares deixou Montevideú em 25 de janeiro de 1978, às vésperas do desembarque do general Ernesto Geisel em visita oficial ao país. Seu destino foi Lisboa, onde permaneceu até retornar ao Brasil, em 1979, depois que a Lei de Anistia foi promulgada.

4. CIDADÃOS URUGUAIOS SEQUESTRADOS NO BRASIL EM 12 DE NOVEMBRO DE 1978 NO MARCO DA OPERAÇÃO CONDOR: UNIVERSINDO RODRÍGUEZ DÍAZ, LILIÁN CELIBERTI DE CASARIEGO E SEUS FILHOS MENORES, CAMILO E FRANCESCA

168. Universindo Rodríguez Díaz, estudante de medicina, e Lilián Celiberti, professora, cidadãos uruguaios, viviam em Porto Alegre, quando foram sequestrados junto com os dois filhos menores dela, Camilo, de oito anos, e Francesca, de três, no dia 12 de novembro de 1978, um domingo. Lilián tinha passaporte italiano, assim como as crianças. Universindo, que portava um passaporte falso no nome de Luís Piqueres de Miguel, tinha em seu próprio nome o *status* de refugiado na Suécia concedido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Como militantes do ilegal Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), que fazia oposição à ditadura militar no Uruguai, eles integravam uma rede clandestina que recolhia informações sobre torturas nos cárceres uruguaios e as repassavam a organismos de defesa dos direitos humanos na Europa. O sequestro dos uruguaios, como ficou internacionalmente conhecido, foi uma ação de repressão binacional no âmbito da Operação Condor, com a participação de um comando do Exército uruguaio atuando em solo brasileiro em conexão com agentes do DOPS gaúcho, com o conhecimento das autoridades militares do III Exército, atual Comando Militar do Sul.

169. Em 5 de março de 1979, o delegado Pedro Carlos Seelig, vulgo “Major”, e o escrivão Orandir Portassi Lucas, vulgo “Didi Pedalada”, ambos funcionários do DOPS-RS, foram

denunciados pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul por “abuso de autoridade”. De acordo com a denúncia apresentada à 3ª Vara Criminal de Porto Alegre pelo promotor público Dirceu Pinto, designado pela Procuradoria-Geral da União para o caso, nem Universindo nem Lilián foram presos “em flagrante cometendo qualquer espécie de delito”. Os uruguaios “foram detidos ilegalmente por diversos homens”, que “não apresentaram e não estavam munidos de regular mandado de prisão”.

170. O sequestro de Porto Alegre é considerado um episódio singular no histórico da Operação Condor, que tinha como padrão o sequestro e a ocultação do paradeiro das vítimas, enquanto estas eram submetidas à tortura e a interrogatório intenso, antes da execução sumária e do desaparecimento dos presos. No caso da capital gaúcha, a ação clandestina da Condor teve que ser abortada cinco dias depois, na sexta-feira, 17 de novembro, pela aparição inesperada, no apartamento da Rua Botafogo onde Lilián era mantida sob cativo, de uma dupla de jornalistas – o repórter Luiz Cláudio Cunha, da revista *Veja*, e o fotógrafo João Baptista Scalco, da *Placar* – alertados por um telefonema anônimo.

171. Confundidos com os militantes uruguaios do PVP, os dois jornalistas foram rendidos por homens armados e detidos no apartamento, junto com Lilián, até que suas identidades fossem comprovadas. Quando os jornalistas foram liberados, o sigilo da operação já estava comprometido. A ação foi abortada e Lilián foi levada clandestinamente ao Uruguai, em um comboio de três carros da polícia brasileira, sob o comando do delegado Seelig. Junto estava o capitão do Exército uruguaio Eduardo Ferro, integrante da Compañía de Contrainformaciones, o braço secreto da repressão uruguaia que executava ações da Condor sob o comando do Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCHOA), subordinado ao comando do Exército em Montevideu.

172. Nos dias anteriores, Lilián e Universindo foram torturados com choques elétricos, pancadas, socos e pau de arara nas dependências do DOPS gaúcho, no segundo andar do Palácio da Polícia, o prédio na Avenida Ipiranga onde funcionava a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Não sabia aonde ia. Depois, no decorrer dos dias, entendi que era a Chefatura da Polícia. Pude identificar perfeitamente porque fui olhando. Mas nesta primeira viagem, não. Ali, me levaram a um interrogatório. Tudo era muito vertiginoso. Enquanto tudo isso, eles me aplicavam choques elétricos nos ouvidos, me atiravam água, gritavam, etc. Quando descobriram o endereço de minha casa, eu me dirigi justamente aos brasileiros e lhes disse: “Bom, essa é minha casa. Eu tenho dois filhos e não pode ser que vocês lhes façam nada”. Aí, Seelig me disse: “Não, não vai acontecer nada a teus filhos”. Eles não sabiam... Efetivamente [a presença das crianças] complicava a operação e a saída do país. E também complicava as justificativas. Sempre é possível dizer que duas pessoas adultas são terroristas, mas não se pode dizer que duas crianças possam sê-lo.¹³⁸

As torturas foram executadas pelo capitão do Exército uruguaio Glauco Yannone, da Compañía de Contrainformaciones, com a participação da equipe brasileira do DOPS do delegado Seelig.

Havia dois uruguaios que eu identifiquei plenamente. O chefe, que coordenava a operação com Pedro Seelig, era o major Glauco Yannone, e outro militar que não pude identificar.

Esse homem que me falou em brasileiro era Pedro Seelig, um importante integrante da polícia brasileira. Me botaram para dentro do apartamento e imediatamente me golpearam muitíssimo. Me bateram com muitos golpes.

Quem mais me batia eram brasileiros. Digo brasileiros porque eles falavam em português. Me golpearam, me insultaram e começaram a revistar todo o apartamento, procurando... ali não havia mais do que papéis. [...] Me golpearam tanto, tanto que Yannone, num momento, sentou no chão. Ele me batia com os punhos. Como seus punhos estavam doendo, ele tirou o mocassim e começou a me bater com o salto.¹³⁹

173. A denúncia do sequestro ganhou espaço na imprensa nacional e internacional, constringendo o Governo brasileiro no momento crítico de troca de guarda no Palácio do Planalto: a operação na capital gaúcha, em novembro de 1978, aconteceu quatro meses antes que o general Ernesto Geisel desse posse ao seu sucessor na Presidência da República, o general João Baptista Figueiredo, o quinto e último governante do regime militar. Embaixadas do Brasil no exterior passaram a receber mensagens de protesto e críticas pela violação dos direitos humanos no país.¹⁴⁰

174. O regime brasileiro insistia, em março de 1979, em classificar como “desaparecimento” o que o Governo dos Estados Unidos, quatro meses antes, já reconhecia ser um “sequestro”. Num telegrama secreto datado de 4 de dezembro de 1978, duas semanas após a ação clandestina em Porto Alegre, o embaixador estadunidense em Montevideú, Lawrence Pezzullo, relatava ao Departamento de Estado em Washington, às embaixadas americanas em Brasília, Buenos Aires, Roma, Estocolmo e Haia e aos consulados em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre sobre o impacto internacional do sequestro: “Através dos esforços da Anistia Internacional, o caso tem recebido uma considerável publicidade na Europa”.¹⁴¹ Quatro meses depois, em 8 de março de 1979, a Divisão Central de Informações (DCI) da Secretaria de Segurança gaúcha, que fazia o enlace com a área militar, tratava do caso como o “desaparecimento de uruguaios no RGS”, em mensagem confidencial enviada à Polícia Federal, à agência local do SNI e à 2ª seção (serviço de inteligência) do Estado-Maior do III Exército, hoje Comando do Sul.¹⁴²

175. O fracasso da operação evitou que Lilián e Universindo, embora torturados, fossem mortos, seguindo a praxe da Condor. O líder do PVP, Hugo Cores, que vivia clandestino em São Paulo, fora o autor do telefonema anônimo à sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, denunciando o sequestro. Em 1993, de volta ao Uruguai democratizado e então deputado e líder do PVP no Congresso, Cores lembrou:

Todos os uruguaios que foram sequestrados no exterior estão desaparecidos até o dia de hoje. São ao redor de 180 uruguaios... Os únicos que apareceram nessas circunstâncias foram Lilián e Universindo porque o fotógrafo [João Batista] Scalco e o repórter Luiz Cláudio Cunha estiveram com eles e lograram sair. Porque a cadeia maléfica, satânica, do sequestro é que todos os que sabem caem presos... só nessas circunstâncias de alguém que é um jornalista com certa relevância, com certo apoio fora da Rua Botafogo sai e denuncia. Isso foi o que permitiu uma tomada de consciência de muitos jovens jornalistas, advogados, magistrados, cidadãos comuns, vizinhos, que foram levantando dados e permitiram reconstruir o feito de que havia ocorrido uma intervenção de militares uruguaios

com apoio do DOPS e isso havia determinado o sequestro de um casal e de duas crianças. E que eles estavam lá e se chamam Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez.¹⁴³

176. Lilián e Universindo, embora sequestrados, foram julgados como “subversivos e invasores” pela ditadura uruguaia e condenados a cinco anos de prisão. Em 1983, quase dois anos antes da saída dos generais do poder, Lilián e Universindo foram libertados e puderam, enfim, contar os detalhes do sequestro de Porto Alegre. As circunstâncias da operação binacional da Condor foram confirmadas nos livros *Confissões de um ex-torturador*, testemunho do soldado do Exército uruguaio Hugo Walter Garcia Rivas, fotógrafo da Compañía de Contrainformaciones, que desertou e ganhou refúgio na Noruega; *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo*, do advogado Omar Ferri, defensor da família Celiberti na Justiça brasileira; e *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios* pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha, testemunha que identificou os sequestradores do DOPS e investigou o caso por três décadas.

177. O sequestro foi reconhecido em junho de 1980 pela sentença do juiz Moacir Danilo Rodrigues, que condenou os dois agentes do DOPS, subordinados ao delegado Seelig, que renderam os jornalistas: o inspetor João Augusto da Rosa e o escrivão Orandir Portassi Lucas. Foi a primeira vez em que uma sentença criminal da Justiça brasileira alcançava o indevassável sistema de repressão montado pelo regime de 1964, justamente num evento de conexão internacional. A sentença condenatória do juiz Moacir Danilo Rodrigues expressou:

Tenho, pois, por tudo o que restou examinado, que o fato narrado na denúncia e aditamentos aconteceu, isto é, Lilián Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca, e ainda Universindo Díaz foram presos em Porto Alegre e, ao menos por algum tempo, mantidos sob prisão, para depois serem levados para o Uruguai. Este fato, seja que nome se lhe queira dar, ocorreu. Disse várias vezes o ex-governador Synval Guazzelli que o esclarecimento era questão de honra para o seu governo. Acrescente-se que o repúdio a tal procedimento deve ser almejado por todo brasileiro que admite viver apenas sob um império: o da lei! [...] Só há uma causa maior: a verdade! Se as vítimas se encontravam no Brasil de forma ilegal, caminhos existiam, legais também, como a própria expulsão, com normas específicas a serem seguidas.¹⁴⁴

178. O mais rumoroso processo internacional da Operação Condor foi aberto em Roma, Itália, no final de 2007, pelo promotor Giancarlo Capaldo. No rastro de vítimas com nacionalidade italiana no Cone Sul, Capaldo trabalhou anos para construir sua causa contra os principais personagens das ditaduras da região, sob o manto da Condor. Lilián Celiberti esteve entre os depoentes. A denúncia de Capaldo foi aceita, em 27 de dezembro de 2007, pela juíza italiana Luisanna Figliolia, que emitiu ordens de prisão contra 146 pessoas, entre ditadores, ministros militares, chefes de serviços secretos e policiais de seis países da Condor (Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru e Paraguai), atingindo 61 argentinos, 22 chilenos, 32 uruguaios, sete bolivianos, sete paraguaios, quatro peruanos – e 13 brasileiros.

- 1 – CORTE IDH. Caso Goiburú *et al. vs. Paraguai*. Sentença de 22/9/2006. Série C nº 153. Arquivo CNV, 00092.000097/2015-63.
- 2 – CORTE IDH. Caso Gelman *vs. Uruguai*. Sentença de 24/2/2011. Série C nº 221. Arquivo CNV, 00092.003115/2014-88.
- 3 – Arquivo CNV, 00092.001515/2013-78.
- 4 – *Ibid.*
- 5 – Arquivos Desclassificados EUA. Operação Condor, FBI, 19/7/1976. Arquivo CNV, 00092.003115/2014-88.
- 6 – Arquivo CNV, 00092.003101/2014-64.
- 7 – Arquivo CNV, 00092.001303/2014-71.
- 8 – Arquivo CNV, 00092.000108/2015-13.
- 9 – Processo 2182-92. Operación Cóndor, pp. 2.375-2.379, John Dinges Archive. Arquivo CNV, 00092.000157/2015-48.
- 10 – CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008, pp. 419-420.
- 11 – Arquivo CNV, 00092.002792/2014-89.
- 12 – Arquivo CNV, 00092.002793/2014-23.
- 13 – AHMRE: OEA, ata nº 8/62. Arquivo CNV, 00092.000153/2015-60.
- 14 – Portaria Ministerial nº 1.690 de 10/10/1977.
- 15 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_004_003, pp. 24-26.
- 16 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_004_003, p. 37.
- 17 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_003_006, pp. 34-35.
- 18 – Telegrama nº 414 de 1º/11/1969, da Embaixada em Montevidéu; Telegrama nº 330 de 1/11/1969, para a Embaixada em Montevidéu, anexados ao relatório de pesquisa. *A participação do Itamaraty na repressão além fronteiras*. Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.
- 19 – Telegramas nº 418, de 28/10/1969, nº 485, de 28/10/1969, e nº 491, de 29/10/1969, da Embaixada em Montevidéu. Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.
- 20 – Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.
- 21 – *Ibid.*
- 22 – Arquivo CNV, 00092.000158/2015-92.
- 23 – *Ibid.*
- 24 – *Ibid.*
- 25 – Arquivo CNV, 00092.000159/2015-37.
- 26 – Arquivo CNV, 00092.002073/2013-87.
- 27 – Livro de Portaria do DEOPS/SP, Livro 1, 30/3/1971 a 15/10/1971. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo CNV, 00092.000096/2015-19.
- 28 – ARRUDA, Julia e MARIN, Denise. “Diplomata que visitou DOPS foi alvo de ameaças”. *O Estado de S. Paulo*, 20/8/2014. Arquivo CNV, 00092.000095/2015-74.
- 29 – AMARAL, Marina. “Conversas com Mr. DOPS”. *APública*, 9/2/2012. Arquivo CNV, 00092.003282/2014-29.
- 30 – Arquivo Nacional, SNI: 624_16_AC_76.
- 31 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_SEC_14329_70.
- 32 – Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_0746.
- 33 – *Ibid.*
- 34 – *Ibid.*, fl. 158.
- 35 – Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_0746.
- 36 – *Ibid.*, fl. 160.

- 37 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_32369_71, p. 5.
- 38 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_32369_71.
- 39 – Arquivo Nacional, CISA, AC_ACE_32369_71. Telegrama nº 811, de 12/12/1970, para a Embaixada em Buenos Aires.
- 40 – Decreto nº 68.050, de 13/1/1971.
- 41 – Telegrama nº 38, de 18/1/1971, para a Embaixada em Buenos Aires, e Telegrama nº 72 de 18/1/1971, da Embaixada em Buenos Aires. Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.
- 42 – Telegrama nº 220, de 15/6/1971, do Consulado-Geral em Santiago. Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.
- 43 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_DI_ACE_41436_71, p. 26.
- 44 – *Ibid.*
- 45 – *Ibid.*, p. 47.
- 46 – *Ibid.*
- 47 – *Ibid.*
- 48 – Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_0746.
- 49 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_004_011, p. 1.
- 50 – Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_V8_DI_ACE_41436_71, p. 47.
- 51 – *Ibid.*, p. 27.
- 52 – *Ibid.*
- 53 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_008_002, p. 53.
- 54 – Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional: PR_SPR_00130_089842. *Jornal Correio da Manhã*, 1970-1974, ano 1970, edição 23789 (2), p. 55.
- 55 – *Diário Oficial da União*, 2/12/1971, Seção 1, p. 6.
- 56 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_007_002, p. 51.
- 57 – Entre os estudos sobre o período que abordam o tema, o livro *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, em particular, contém abundantes referências a telegramas trocados entre a Secretaria de Estado e Embaixada do Brasil no Chile, antes e depois do golpe de 1973. O artigo de Tanya Harmer, “Brazil’s Cold War in the Southern Cone 1970-1975” (HARMER, Tania. *Cold War History*, v. 12, nº 4, novembro de 2012, pp. 659-681), baseia-se em documentos desclassificados dos arquivos norte-americanos e chilenos, que são também a fonte principal da série de reportagens de autoria de Roberto Simon publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre os dias 1º e 7 de setembro de 2013. V. KORNBLUH, Peter (Ed.), *Brazil Conspired with US to Overthrow Allende*, agosto de 2009.
- 58 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 59 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 60 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 395, de 18/9/1973, para a Embaixada em Santiago, secreto.
- 61 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 942, de 19/9/1973, da Embaixada em Santiago, secreto.
- 62 – Para além das comunicações por telefone ou outros meios, há telegramas expedidos do e para o gabinete do ministro Gibson Barboza, cujos números constam da série telegráfica, mas que não foram localizados no Arquivo do MRE. Também as comunicações que circularam naqueles dias pelos escritórios dos adidos militares em Santiago não foram até o momento localizadas pelos pesquisadores.
- 63 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 64 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegramas nº 164, de 27/9/1973, e 166, de 29/9/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secretos.
- 65 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 170 de 1º/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secreto.
- 66 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 279, de 4/10/1973, para o Consulado-Geral em Santiago, secreto. Telegrama nº 177, de 5/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secreto-urgente.
- 67 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 622, de 10/10/1973, para a Embaixada em Lima, secreto.

- 68 – Dezenas dessas listas e comunicações podem ser conferidas no anexo documental ao relatório de pesquisa. Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 69 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 288, de 11/10/1973, e 316, de 7/11/1973, para o Consulado-Geral em Santiago, secretos.
- 70 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 179, de 5/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secreto-urgente.
- 71 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegramas nº 180, de 6/10/1973, e nº 194, de 15/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secretos.
- 72 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 183, de 9/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secreto-urgente.
- 73 – Informação do SNI – Agência Central, de 3/10/1973. Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 74 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 200, de 15/10/1973, do Consulado-Geral em Santiago, secreto-urgente. Telegrama nº 460, de 16/10/1973, para a Embaixada em Santiago, secreto.
- 75 – Permiso de sobrevuelo y aterrizaje en territorio chileno nº 17/73, de 15/10/1973, requerido pela Embaixada do Brasil em Santiago.
- 76 – Arquivo CNV, 00092.001699/2014-57. Depoimento prestado à CNV em 1/8/2014.
- 77 – A presença de interrogadores brasileiros é assinalada em vários depoimentos prestados em processos judiciais em curso no Chile sobre os crimes cometidos no Estádio Nacional, aos quais a CNV teve acesso.
- 78 – Arquivo CNV, 00092.002758/2014-12.
- 79 – Arquivo CNV, 00092.002434/2013-95. Depoimento prestado à CNV em 7/11/2013.
- 80 – O relato desse fato – que consta do depoimento de Osni Gomes – pelo próprio Luiz Carlos Guimarães encontra-se às páginas 565 a 572 do livro *68: a geração que queria mudar o mundo – relatos* (FERRER, Eliete [Org.]. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011). Verificou-se posteriormente que o agente do Cenimar em questão, conhecido como “capitão Mike”, não era João Alfredo Poeck, como por muito tempo se pensou, e sim Alfredo Magalhães, falecido em 1996. V. CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- 81 – Arquivo CNV, 00092.001604/2014-03. Depoimento prestado à CNV em 21/7/2014.
- 82 – Portaria nº 864, de 11/10/1982, do ministro de Estado do Exército, publicada no *Diário Oficial da União* de 18/10/1982, seção II, p. 9.108.
- 83 – Em depoimento prestado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Cyro Etchegoyen, que na época servia no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel, negou que o acompanhamento das atividades dos exilados fizesse parte das atribuições dos militares no exterior, mas admitiu ter estado no Chile às vésperas do golpe: “fui visitar um menino que estava exilado, queria conversar, saber algumas coisas” (D’ARAUJO, Maria Celina; DILLON SOARES, Ary; CASTRO, Celso [Orgs.]. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994).
- 84 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_015_002; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_93282_76.
- 85 – Arquivo Nacional, SNI: 257_20_AC.
- 86 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Telegrama nº 291, de 11/10/1973, para o Consulado-Geral em Santiago, secreto. Ofício 237, do Consulado-Geral em Santiago, de 16/10/1973, secreto.
- 87 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31. Circular Postal nº 2.906, de 22/2/1974, secreta.
- 88 – Arquivo CNV, 00092.000781/2014-64. Depoimento prestado à CNV em 18/9/2014.
- 89 – Ver perfil relativo a Wânio de Mattos. Relatório da CNV, vol. 3.
- 90 – Arquivo Nacional, DSI: BR_DFANBSB_Z4_DPN_BRA_BEX_23.
- 91 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 92 – Arquivo CNV, 00092.000781/2014-64. Depoimento prestado à CNV em 16/4/2014.
- 93 – Ofício nº 26/4, de 10/1/1974, da Embaixada do Chile em Brasília para o ministro das Relações Exteriores do Chile – anexado ao relatório de pesquisa. *A participação do Itamaraty na repressão além fronteiras*. Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.

- 94 – Ofício confidencial nº 141 de 18/12/1973, da Embaixada do Chile no Brasil ao ministro das Relações Exteriores do Chile.
- 95 – Arquivo CNV, 00092.003072/2014-31.
- 96 – Arquivo CNV, 00092.000160/2015-61.
- 97 – Arquivo CNV, 00092.001396/2014-34.
- 98 – Arquivo CNV, 00092.002495/2013-52.
- 99 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0009.
- 100 – Arquivo CNV, 00092.000732/2014-21.
- 101 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ARJ_ACE_5550_81_0004, p. 20.
- 102 – Arquivo Nacional, SIAN: BR_RJANRIO_XX_GJ. Telegrama nº 61.100. Do Consulado brasileiro em Buenos Aires para Secretaria de Estado, de 20/2/1976.
- 103 – Arquivo Nacional, Sidney Fix: BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0005de0017.
- 104 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_91957_76.
- 105 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_001701_81.
- 106 – Arquivo Nacional, Sidney Fix: BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0002de0017.
- 107 – *Ibid.*
- 108 – Arquivo Nacional, Sidney Fix: BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0002de0003.
- 109 – Arquivo Nacional, Sidney Fix: BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0007de0017.
- 110 – *Ibid.*
- 111 – Arquivo Nacional, SIAN, BR_RJANRIO_XX_GJ.
- 112 – Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97.
- 113 – Arquivo CNV, 00092.000309/2013-41.
- 114 – Arquivo Nacional, Ciex/MRE, BR_ DFANBSB_ATO_0035_0002.
- 115 – Arquivo CNV, 00092.000957/2014-88.
- 116 – Legajo nº 3673.
- 117 – Arquivo CNV, 00092.001156/2014-30.
- 118 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0001; BR_DFANBSB_AT0_0035_0002.
- 119 – Arquivo CNV, 00092.002598/2014-01. Justiça Federal da Argentina, Causa nº 10.961/2011, Jdo. Fed. 7 Sec 13.
- 120 – Arquivo CNV, 00092.000830/2013-05.
- 121 – Arquivo CNV, 00092.002792/2014-89.
- 122 – Arquivo CNV, 00092.003096/2014-90.
- 123 – *Ibid.*
- 124 – Arquivo Nacional, CSN: BR_DFANBSB_N8_PSN_EST_094.
- 125 – *Ibid.*
- 126 – Arquivo CNV, 00092.000732/2014-21.
- 127 – Arquivo CNV, 00092.000664/2013-10.
- 128 – Arquivo CNV, 00092.003255/2014-56.
- 129 – Arquivo CNV, 00092.00773/2014-18.
- 130 – Arquivo CNV, 00092.000607/2014-11.
- 131 – PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- 132 – Arquivo CNV, 00092.001515/2013-78.
- 133 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_4501/82.

- 134 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_AN_BSB_IE_014_007, p. 45.
- 135 – Arquivo CNV, 00092.000161/2015-14.
- 136 – Arquivo CNV, 00092.002769/2014-94.
- 137 – Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_AN_BSB_IE_025_001.
- 138 – Lilián Celiberti em CUNHA, Luiz Cláudio e REIS, João Guilherme. *O sequestro dos uruguaios – 15 anos depois*. Direção: J. G. Reis; roteiro e apresentação: L. C. Cunha, RBS TV, 21/11/1993, vídeo (56 minutos).
- 139 – Universindo Rodriguez Diaz em CUNHA, Luiz Cláudio e REIS, João Guilherme. *O sequestro dos uruguaios – 15 anos depois*. Direção: J. G. Reis; roteiro e apresentação: L. C. Cunha, RBS TV, 21/11/1993, vídeo (56 minutos).
- 140 – Arquivo Nacional, DSI/MRE: encaminhamento nº 684/79. Arquivo Nacional, DPN, DES. 170. Arquivo Nacional, DSI/MRE, encaminhamento nº 545/79. Arquivo Nacional, DSI/MRE, nº 406/79.
- 141 – Arquivo do MJDH, US Dept. of State, A/RPS/IPS.
- 142 – Arquivo Nacional, SNI: APA_SNI_SR_DPF_RS.
- 143 – Hugo Cores em CUNHA, Luiz Cláudio e REIS, João Guilherme. *O sequestro dos uruguaios – 15 anos depois*. Direção: J. G. Reis; roteiro e apresentação: L. C. Cunha, RBS TV, 21/11/1993, vídeo (56 minutos).
- 144 – AJURIS, ESM: nº 1950/1310.